



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social

Leonardo Ferreira Rocha Souza

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E MODOS DE VIDA: UM
ESTUDO NA COMUNIDADE RURAL DE JENIPAPINHO, CATUJI-MG**

Montes Claros – MG
Março de 2025

Leonardo Ferreira Rocha Souza

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E MODOS DE VIDA: UM
ESTUDO NA COMUNIDADE RURAL DE JENIPAPINHO, CATUJI-MG**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Área de concentração: Desenvolvimento Social;

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Identidades e Territorialidades

Orientador: Professor Dr. Daniel Coelho de Oliveira

Montes Claros – MG
Março de 2025

Souza, Leonardo Ferreira Rocha.

S729t Transformações socioambientais e modos de vida [manuscrito]: um estudo na comunidade rural de Jenipapinho, Catuji - MG / Leonardo Ferreira Rocha Souza – Montes Claros (MG), 2025.

93 f. : il.

Bibliografia: f. 84-88.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Coelho de Oliveira.

1. Monocultivo. 2. Jenipapinho (Catuji, MG). 3. Sustentabilidade. 4. Impactos socioambientais. I. Oliveira, Daniel Coelho de. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: um estudo na comunidade rural de Jenipapinho, Catuji – MG.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social

BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aluno (a): Leonardo Ferreira Rocha Souza

Orientador (a): Dr. Daniel Coelho de Oliveira

Membros:

Dr. Daniel Coelho de Oliveira

Dr. Fábio Dias dos Santos

Dr. Frederico Antônio Mineiro Lopes

Montes Claros – MG, 16/06/2025

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, com imensa gratidão, àqueles que iluminaram e fortaleceram minha jornada:

Primeiramente a Deus e à Nossa Senhora Aparecida, Rainha e Padroeira do Brasil, por terem me dado forças para superar os obstáculos que surgiram no decorrer do meu caminho.

Ao meu Papai Levi e à minha Mamãe Cida, pilares incansáveis de amor, apoio e incentivo. A vocês, meu eterno obrigado por acreditarem em mim, mesmo nos momentos mais desafiadores. Vocês são a base que me sustenta e me impulsiona a alcançar meus sonhos.

À Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), instituição que me acolheu e proporcionou um ambiente propício ao aprendizado e ao crescimento intelectual. Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Coordenação e Secretaria pela dedicação e profissionalismo, que tanto contribuíram para minha formação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), expresso meu mais profundo agradecimento pelo inestimável apoio concedido à realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Daniel Coelho de Oliveira, meu mentor e guia durante essa etapa crucial da minha vida acadêmica. Sua expertise, paciência e incentivo constante foram fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa. Agradeço imensamente por ter acreditado no meu potencial e me guiado com maestria nesse processo.

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão aos dedicados funcionários da Secretaria do PPGDS, Edina e Junior. Durante meu tempo no programa, vocês foram incansáveis em sua ajuda e sempre estiveram disponíveis para me ouvir nos momentos de desabafo. Sua paciência, compreensão e apoio foram fundamentais para minha jornada, e sou imensamente grato por todo o empenho e dedicação que demonstraram. O compromisso de vocês não só me auxiliou

academicamente, mas também me proporcionou um ambiente acolhedor e solidário. Muito obrigado por tudo!

Um agradecimento especial aos moradores da Comunidade Rural de Jenipapinho, em Catuji - MG, por abrir as portas de suas casas e de seus corações para este pesquisador. A acolhida calorosa e a disposição em colaborar foram inspiradoras. As conversas, as histórias e as vivências compartilhadas foram a base para a construção deste trabalho e farão parte da minha memória para sempre.

Agradeço também a todos os amigos, colegas e familiares que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. A cada um, meu sincero reconhecimento pela amizade, apoio e palavras de incentivo.

Por fim, agradeço à vida pela oportunidade de ter aprendido e crescido tanto durante essa jornada. Agradeço pelos desafios que me tornaram mais forte e pelas conquistas que me encheram de alegria.



O mundo não está em seus livros e mapas. Ele está lá fora!

GANDALF – The Grey, O hobbit (J.R.R Tolkien, 1937)

O mundo mudou, posso senti-lo na água, posso senti-lo na terra, posso senti-lo no ar, muito do que havia está perdido, pois nenhum dos que se lembra, está vivo.

GALADRIEL, O senhor dos anéis (J.R.R Tolkien, 1954)

RESUMO

Esta dissertação analisa as alterações socioambientais e os impactos nos modos de vida da comunidade rural de Jenipapinho, localizada no município de Catuji, Minas Gerais, no período de 2010 a 2022. O foco central está na influência do monocultivo de eucalipto sobre a dinâmica local, com especial atenção aos efeitos socioeconômicos e ambientais. A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, integrando dados quantitativos de fontes oficiais com entrevistas e observação participante, para construir um panorama abrangente e detalhado. Os resultados obtidos evidenciam que a expansão da monocultura acarretou significativas mudanças, incluindo degradação ambiental, redução da biodiversidade e desafios socioeconômicos, como diminuição da mão de obra agrícola e intensificação da migração rural-urbana. Apesar de proporcionar avanços em infraestrutura, o monocultivo apresenta impactos negativos que requerem estratégias de gestão integradas e participativas, capazes de equilibrar o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos valores culturais da comunidade. Conclui-se que o envolvimento ativo dos moradores e a sensibilização acerca dos efeitos da monocultura são elementos essenciais para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável e equitativo, que atenda às demandas socioeconômicas sem comprometer o equilíbrio ambiental e cultural. Este trabalho contribui para o debate acadêmico sobre sustentabilidade e desenvolvimento rural, destacando a necessidade de uma abordagem mais humana e inclusiva para garantir um futuro justo.

Palavras-chave: Monocultivo, Jenipapinho, Sustentabilidade, Impactos Socioambientais.

ABSTRACT

This dissertation examines the socio-environmental changes and impacts on the livelihoods of the rural community of Jenipapinho, located in the municipality of Catuji, Minas Gerais, between 2010 and 2022. The central focus is on the influence of eucalyptus monoculture on local dynamics, with particular attention to socio-economic and environmental effects. The research adopts a mixed-methods approach, integrating quantitative data from official sources with interviews and participant observation to construct a comprehensive and detailed analysis. The findings reveal that the expansion of monoculture has led to significant changes, including environmental degradation, biodiversity loss, and socio-economic challenges such as the reduction of agricultural labor and increased rural-to-urban migration. Although it has brought improvements in infrastructure, monoculture presents negative impacts that require integrated and participatory management strategies capable of balancing the sustainable use of natural resources and the preservation of the community's cultural values. It concludes that the active involvement of residents and awareness of the effects of monoculture are essential elements for achieving a sustainable and equitable development model that addresses socio-economic demands without compromising environmental and cultural balance. This work contributes to the academic debate on sustainability and rural development, emphasizing the need for a more human and inclusive approach to ensure a fair future.

Keywords: Monoculture, Jenipapinho, Sustainability, Socio-Environmental Impacts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrada da Comunidade pela BR 116. 04-07-2024.....	15
Figura 2: Vista do Morro da Igrejinha. 04-07-2024.....	16
<i>Figura 3: Imagens ©2024 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2024 200m.....</i>	<i>17</i>
Figura 4: Fornos utilizados para carbonização do eucalipto e produção de carvão vegetal na Comunidade	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Catuji – MG (IBGE, 2010) -----	19
<i>Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, Catuji-MG (Fundação João Pinheiro, 2010)-----</i>	<i>20</i>
<i>Gráfico 3: Área destinada ao plantio de eucalipto (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). -----</i>	<i>24</i>
<i>Gráfico 4 - Quantidade de carvão vegetal produzida (eucalipto). (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023)-----</i>	<i>25</i>
<i>Gráfico 5: Quantidade de lenha de Eucalipto produzida em Catuji - MG. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023) -----</i>	<i>26</i>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:Fluxograma das atividades	89
--	----

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAMINHOS METOLÓGICOS	7
CAPÍTULO 1 - JENIPAPINHO: UMA TRAJETÓRIA ENTRE RAÍZES E TRANSFORMAÇÕES.....	15
1.1 - Perfil da comunidade rural de Jenipapinho em Catuji-MG.....	16
1.2 – Dinâmicas socioeconômicas locais	19
1.3 - Monocultura de eucalipto na região.....	22
1.4 – Produção agrícola do município.....	27
1.5 - Impactos ambientais da monocultura de eucalipto na comunidade rural de Jenipapinho: Ssolo, Bbiodiversidade e Rrecursos hídricos	29
1.5 – Caracterização fundiária do município.....	32
CAPÍTULO 2 - O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CONTEXTUALIZADA	35
2.1 - O que é o rural?	38
2.2 - Transformações do espaço rural no Brasil.....	42
2.2.1 – Cenários do campo: desbravando o novo rural brasileiro	44
2.2.2 - Multifuncionalidade e pluriatividade.....	48
2.3 - Policultura <i>versus</i> monocultura	52
2.3.1 – Modernização conservadora	54
2.4 - Reflexões	58
CAPÍTULO 3 – VOZES DO CAMPO: NARRATIVAS DE MUDANÇA EM JENIPAPINHO.....	61
3.1 – Impactos socioambientais da monocultura de eucalipto	62
3.2 – Transformações sociais e culturais na comunidade	66
CONCLUSÕES.....	79
REFERÊNCIAS	84
ANEXO I.....	89
ANEXO II	90
ANEXO III.....	92

INTRODUÇÃO

As transformações vivenciadas no meio rural não se restringem a um único aspecto, mas sim a um emaranhado de mudanças que estão interligadas entre si. A modernização tecnológica, impulsionada pela difusão de novos métodos e técnicas agrícolas, impacta diretamente a produtividade, as relações de trabalho e modos de vida das populações do campo. Os territórios rurais contemporâneos transcendem a visão de um espaço exclusivamente agrícola. As fronteiras entre o urbano e o rural se diluem, com a crescente interconexão entre os diferentes espaços e a diversificação das atividades econômicas no campo.

As modificações que estão em curso desafiam as definições clássicas do que é o “rural”, que não se limita mais à imagem tradicional de comunidades isoladas e atividades agrícolas. A complexa interação entre fatores sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos redefine o seu conceito, abrangendo uma realidade dinâmica e multifacetada. De acordo com Ponte (2004), as mudanças nas áreas rurais são um fenômeno multifacetado e intrincado que tem acontecido em diversas partes do globo nos últimos anos. Tais alterações têm um grande impacto na organização e definição do que é considerado “rural”.

Os processos de transformação que ocorrem na zona rural apresentam uma série de desafios interligados. A crescente urbanização do campo, com a expansão de infraestrutura e atividades urbanas, tem diluído a distinção entre espaços rurais e urbanos. Paralelamente, a agricultura tem experimentado profundas mudanças, com a mecanização e a especialização em culturas de alto valor agregado, o que tem levado ao declínio da mão de obra agrícola e à redução da população rural. A diversificação econômica, com o desenvolvimento do turismo rural, agroindústrias e serviços relacionados à natureza, embora possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida, também pode gerar desigualdades sociais e desafios na gestão dos recursos naturais. As mudanças demográficas, caracterizadas pela migração da população rural para as áreas urbanas, pelo envelhecimento da população e pela diminuição da população jovem, têm impactado a dinâmica social e econômica das comunidades rurais.

Nesse contexto, a preservação da identidade cultural e do modo de vida tradicional emerge como um desafio fundamental, exigindo ações para valorizar e proteger o patrimônio cultural e natural das áreas rurais. (Balsadi, 2001; Ponte, 2004; Puntel, Paiva e Ramos, 2011).

As transformações socioespaciais e culturais na Comunidade Rural de Jenipapinho também refletem a complexidade das dinâmicas locais diante da modernização e dos desafios ambientais. As entrevistas realizadas com os moradores destacam a relevância das carvoarias na economia local, ao gerar empregos e aumentar a renda, mas também revelam os impactos negativos, como a poluição do ar e os problemas de saúde decorrentes da queima de carvão. A evolução da infraestrutura, com a chegada da energia elétrica e a construção de postos de saúde, trouxe avanços significativos para a qualidade de vida, mas a necessidade de maior intervenção das políticas públicas persiste. A coesão social e a participação comunitária são cruciais para enfrentar esses desafios e promover um desenvolvimento sustentável, que valorize tanto o progresso econômico quanto a preservação das tradições culturais e ambientais da comunidade.

Embora os desafios da zona rural sejam universais, cada localidade apresenta suas nuances e particularidades. Catuji, com sua história marcada pelo garimpo e sua população de pouco mais de sete mil habitantes, oferece um exemplo concreto de como esses desafios se manifestam em um contexto específico. Essa cidade situada no Vale do Mucuri anteriormente ostentava o nome "Três Barras" em referência aos seus rios, no ano de 1953 tornou-se distrito de Itaipé como Catuji, alcançando a emancipação política em 1992. De acordo o último censo do IBGE a cidade conta com uma população de 7035 pessoas em uma área de 419,380 km² tendo uma densidade demográfica de 16,76 habitantes/km². O território do município está localizado totalmente no bioma da Mata Atlântica (IBGE, 2022).

As adversidades mencionadas anteriormente expressam na parte rural do município como a necessidade de conciliar o desenvolvimento local com a preservação ambiental, de incentivar a diversificação econômica para gerar oportunidades de trabalho e renda, de combater o êxodo rural e de fortalecer a

identidade cultural da região. Dentre as comunidades rurais de Catuji – MG, situada a 23 quilômetros da zona urbana, está a Comunidade Rural de Jenipapinho que pulsa com a vida de aproximadamente 185 famílias e cerca de 535 habitantes. Essa população, porém, apresenta uma dinâmica interessante, variando ao longo do ano em função da migração de alguns membros da comunidade, que podem ou não retornar posteriormente. A construção de soluções adequadas para essa realidade complexa exige um processo participativo que envolva a comunidade e considere suas necessidades e aspirações.

As transformações sociais e ambientais, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, fazem parte de um processo global em constante mutação. Essas mudanças exercem impacto direto na vida das comunidades locais, como evidenciado inicialmente no caso da Comunidade Rural de Jenipapinho, em Catuji-MG. Neste contexto, a substituição da policultura por monocultura de eucalipto para abastecimento de carvoarias acarretaria um impacto significativo no modo de vida da população, gerando desafios socioeconômicos e ambientais. Estes desafios não se restringem ao ecossistema, mas também se manifestam nas comunidades locais, que se veem confrontadas com problemas relacionados à emissão de CO², por exemplo. Tais situações resultam em modificações nas dinâmicas locais, as quais se adaptam às demandas da indústria de carvão.

Em uma primeira incursão ao campo, foi possível notar que, na região estudada, os fornos utilizados para carbonização da madeira são menos tecnológicos, conhecidos como fornos rabo-quente. Esses fornos necessitam da supervisão contínua de trabalhadores, que, por sua vez, não utilizam nenhum tipo de equipamento de proteção individual, estando suscetíveis à inalação e à exposição aos gases liberados durante o processo. Embora a atividade gere empregos locais, as condições de trabalho são precárias. A exposição frequente a um ambiente insalubre e a gases tóxicos, aliada à falta de medidas de segurança adequadas, pode resultar em sérios riscos à saúde dos trabalhadores, como doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Brito (2005) nos diz que as matas nativas serviram de referência para obtenção de carvão vegetal e o desenvolvimento econômico vivido no país contribuiu para tal fato. A alta demanda de produtos agrícolas propiciou o surgimento/necessidade de novas fronteiras de produção e como consequência, o desmatamento ocasionado por essa expansão ofereceu condições de oferta dessa madeira nativa para produção de carvão vegetal. O autor ainda complementa que se tal fato gera questionamentos ambientais deve-se levar em consideração que o uso dessa madeira, proveniente de matas nativas, são uma consequência e não uma causa.

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais no primeiro semestre de 2023 foram realizadas 5.251 fiscalizações de combate ao desmatamento ilegal e em comparação ao mesmo período do ano de 2022 houve um aumento de 38,70% nas ações de combate¹. Apesar dos esforços dos órgãos competentes na intenção de prevenir e inibir o desmatamento ainda assim observa-se que há a derrubada de matas nativas para alimentar as carvoarias.

Segundo Teixeira e Rodrigues (2018) as plantações de eucalipto são vistas como uma alternativa que previne o desmatamento e o aquecimento global. No entanto, é importante reconhecer que o modelo de desenvolvimento no campo aqui empregado não está isento de desafios socioambientais significativos como a concentração fundiária, o êxodo rural e alterações no meio ambiente. A concentração de terra nas mãos de poucos exclui comunidades locais e pequenos agricultores, podendo resultar numa marginalização econômica dessas comunidades, o êxodo rural leva pessoas a migrar para áreas urbanas em busca de trabalho – gerando problemas sociais e a sobrecarga nas cidades – e há a preocupação ambiental já que a biodiversidade, a qualidade do solo e da água podem ser afetados negativamente de modo a tornar os ecossistemas mais suscetíveis a doenças e pragas².

¹ SISEMA (Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos): Minas contra o desmatamento. Edição IV, agosto de 2023.

² Caio Prado Junior já atentava, em 1960, para o fato de que mais da metade da população brasileira (30 milhões de pessoas) depende da terra para seu sustento, sem alternativas viáveis nas condições atuais do país. Essa dependência se dá principalmente pela concentração extrema de terras nas mãos de uma minoria, o que limita as oportunidades para a maioria. Essa

A implementação de carvoarias tem se apresentado como uma solução ou até mesmo uma forma de desenvolvimento econômico para uma determinada região, visto que se configuram como uma alternativa ao desemprego. No entanto, é fundamental manter uma postura crítica e ponderada, pois, além das questões já mencionadas, há também problemas relacionados às precárias condições de trabalho nessas áreas (Silva, 2022). A emissão dos gases da carbonização na atmosfera, de acordo o autor, gera impactos socioambientais severos, afetando a saúde humana e o meio ambiente. Essa problemática atinge todos os envolvidos no processo, desde trabalhadores das carvoarias até moradores das comunidades próximas, inclusive aqueles que também exercem atividades nos fornos das carvoarias.

Diante do exposto esta pesquisa parte da seguinte pergunta: Como a monocultura de eucalipto altera as dinâmicas socioeconômicas da Comunidade Rural de Jenipapinho em Catuji-MG? Parte-se da hipótese de que a expansão da monocultura de eucalipto na Comunidade Rural de Jenipapinho, a partir de 2010, desencadeou um processo de transformações socioeconômica e ambiental que alteram significativamente o modo de vida dos moradores.

Como objetivo geral procurar-se-á analisar o impacto das transformações sobre o modo de vida dos residentes da Comunidade Rural de Jenipapinho em Catuji – MG, entre os anos de 2010 e 2022³, considerando as implicações socioambientais dessas mudanças. E como objetivos específicos têm-se – a) Avaliar mudanças sociodemográficas e deslocamentos populacionais ocorridos na comunidade utilizando como fonte de dados os Censos Demográficos dos anos de 2010 e 2022 e observações de campo. b) Compreender o conjunto de dinâmicas produtivas da agricultura na comunidade Rural de Jenipapinho em Catuji – MG de acordo os Censo Agropecuário de 2017 e nas observações de campo.

concentração, por sua vez, gera desigualdades sociais, econômicas e políticas, que resultam em baixos padrões de vida para a grande massa da população, tanto em termos materiais quanto culturais (Prado Jr., 2014).

³ Deve-se ressaltar que a escolha deste recorte temporal é devida as realizações dos Censos demográficos nos anos de 2010 e 2022 e do Censo Agropecuário de 2017 feitos pelo IBGE.

Sabe-se que as plantações de eucalipto assim como a indústria carvoeira que se instalam em determinadas regiões causam grandes impactos ambientais e sociais. Áreas de matas nativas e algumas plantações são “substituídas” por matas “planejadas” que geram um maior lucro de tempos em tempos. Os impactos sociais gerados por essa substituição vão desde o deslocamento dessas populações (que outrora tiravam seu sustento nas colheitas sazonais e que hoje essas agriculturas não comportam alocar a mesma quantidade de mão de obra como antigamente) cujos eucaliptais e carvoarias não conseguem empregar.

Ao abordar o impacto destas atividades econômicas na Comunidade Rural de Jenipapinho em Catuji-MG, esta pesquisa pode contribuir para promover práticas mais sustentáveis, envolver os membros da comunidade e informar as decisões de políticas públicas. Também pode ajudar na preservação a cultura local, aumentando a consciência pública e incentivando o debate construtivo. Este estudo também tem significado acadêmico na medida em que enriquece o conhecimento nas áreas de sociologia ambiental, estudos culturais e desenvolvimento sustentável.

CAMINHOS METOLÓGICOS

Como essa pesquisa teve por objetivo analisar o impacto das transformações socioambientais sobre o modo de vida dos residentes da Comunidade Rural de Jenipapinho em Catuji – MG entre os anos de 2010 e 2022, esse trabalho pode ser descrito como exploratório. Gil (2017) diz que a pesquisa exploratória busca se familiarizar com algum tema específico, buscando a construção de hipóteses e pode ser classificada também como descritiva e explicativa, que segundo o mesmo autor, este tipo de pesquisa tem como ponto central descrever as características do fenômeno pesquisado ou de determinada população pesquisada e identificar os fatores que contribuem para ocorrência dos fenômenos.

Para investigar de maneira abrangente os efeitos multifacetados do monocultivo de eucalipto na comunidade rural de Jenipapinho, adotou-se uma abordagem metodológica mista, combinando as vantagens das pesquisas quantitativa e qualitativa. Dados quantitativos, obtidos de fontes oficiais como o IBGE e o DATASUS, proporcionarão uma visão panorâmica das transformações demográficas, socioeconômicas e ambientais. Em contraposição, dados qualitativos, coletados por meio de entrevistas semiestruturadas em profundidade e observação participante, fornecerão insights aprofundados sobre as experiências e percepções dos membros da comunidade. A triangulação dessas fontes de dados objetiva oferecer uma compreensão robusta e nuançada da complexa interação entre fatores ambientais, sociais e econômicos que moldam a trajetória da comunidade. Essa abordagem metodológica se alinha à questão de pesquisa, permitindo uma exploração detalhada das formas específicas pelas quais o monocultivo de eucalipto impactou a dinâmica socioeconômica da comunidade.

Essa pesquisa se baseará em uma metodologia mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para a coleta de dados. A escolha de métodos qualitativos, incluindo entrevistas em profundidade semiestruturadas, visa aprofundar o entendimento das percepções e experiências dos participantes, conforme apontam Cooper e Schindler (2011, p. 173), que caracterizam esse tipo de entrevista como "iniciada com perguntas específicas

e posteriormente direcionada pelo fluxo de ideias do entrevistado, com investigações complementares por parte do entrevistador".

Na pesquisa quantitativa o investigador utiliza primeiramente alegações pós-positivistas para desenvolver o conhecimento e emprega estratégias de investigação, já na pesquisa qualitativa o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente em perspectivas construtivistas ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (Creswell, 2007). Os sujeitos a serem entrevistados serão selecionados a partir da metodologia de bola de neve (Vinuto, 2014) na qual a amostra da população a ser investigada será uma amostragem não probabilística, que segundo Cooper e Schindler (2003) é uma amostragem não aleatória e subjetiva.

A amostragem em bola de neve, também conhecida como “método bola de neve” ou “cadeia de referências”, é uma técnica de pesquisa qualitativa utilizada para identificar e recrutar participantes para um estudo. Ela se diferencia da amostragem probabilística, onde os participantes são selecionados aleatoriamente de uma população maior, por partir de um pequeno grupo inicial (sementes) e se expandir através de suas redes de contatos. (Vinuto, 2014)

Um pequeno grupo de participantes relevantes para o estudo é selecionado como "sementes". Essa escolha pode ser feita com base em critérios pré-definidos, como conhecimento especializado, experiência em um determinado tema ou pertencimento a um grupo específico. Os participantes (sementes) são contatados pelos pesquisadores e solicitados a indicar outros indivíduos que considerem relevantes para o estudo. Esses novos participantes também podem ser solicitados a indicar outros, e assim a amostra se expande como uma bola de neve. Os pesquisadores definem critérios para a inclusão de novos participantes, garantindo que eles se encaixem no perfil desejado para o estudo. Já os dados serão coletados através de entrevistas, grupos focais ou outros métodos qualitativos, permitindo explorar as experiências, perspectivas e conhecimentos dos participantes em profundidade.

A metodologia de bola de neve é especialmente relevante para esta pesquisa, pois se trata de uma técnica eficaz para alcançar populações de difícil

acesso ou grupos com características específicas. No contexto da comunidade rural de Jenipapinho, há desafios particulares em identificar e recrutar participantes que possuam conhecimento profundo e experiências relevantes sobre o impacto do monocultivo de eucalipto. Utilizando a bola de neve, é possível partir de um pequeno grupo de informantes iniciais, que indicam novos participantes dentro de suas redes de contatos. Dessa forma, garante-se uma amostra que reflete de maneira mais fiel a diversidade e a profundidade das experiências na comunidade.

De acordo com Vinuto (2014), a bola de neve é particularmente útil em contextos em que a população-alvo é dispersa ou difícil de identificar, e onde a confiança e a credibilidade desempenham um papel crucial no recrutamento. Além disso, ao permitir que os próprios participantes indiquem novos sujeitos, a pesquisa se beneficia de um maior engajamento e cooperação dos entrevistados, o que pode enriquecer significativamente a qualidade dos dados coletados.

Em comunidades rurais como Jenipapinho, a coesão social e as redes de apoio mútua são aspectos fundamentais da vida cotidiana. Portanto, a bola de neve não só facilita a identificação de participantes, mas também promove uma compreensão mais holística das dinâmicas sociais e econômicas que permeiam a comunidade. Ao adotar essa técnica, a pesquisa pode capturar uma variedade mais ampla de perspectivas e experiências, resultando em uma análise mais robusta e representativa do impacto do monocultivo de eucalipto. Com essa abordagem, espera-se que a combinação de métodos qualitativos e quantitativos, aliados à estratégia de bola de neve, permita uma exploração profunda e detalhada das mudanças socioeconômicas e ambientais na comunidade, oferecendo uma visão compreensiva e integrada dos fenômenos em estudo.

Foram realizadas três incursões a campo entre os anos de 2023 e 2024. A primeira ocorreu em julho de 2023, entre os dias 9 e 15, quando foram feitas observações na carvoaria mais próxima da comunidade. A segunda incursão foi realizada entre 30 de janeiro e 4 de fevereiro de 2024. Durante esta visita, foram realizadas observações, conversas informais com alguns moradores e uma visita

ao PSF da comunidade, onde foram obtidos dados sobre a quantidade de moradores. A terceira incursão ocorreu em julho de 2024, entre os dias 1 e 5, durante a qual foram realizadas sete entrevistas e observações adicionais. Nesta última visita, foi constatado que a queima de eucalipto para produção de carvão estava "parada", pois o eucalipto ainda se encontrava em fase de crescimento.

Tal método fora escolhido por se considerado uma técnica relevante para pesquisas qualitativas que visam populações de difícil acesso, como grupos marginalizados, profissionais especializados ou minorias. Através das redes de contatos dos participantes, a pesquisa alcança indivíduos com experiências e perspectivas únicas, enriquecendo a coleta de dados. Essa técnica pode ser mais eficiente que métodos tradicionais, especialmente quando a população-alvo é dispersa ou de difícil identificação.

Na comunidade, iniciei o contato com o Sr. Sebastião Ferreira da Silva, morador local que me acolheu em sua casa durante a pesquisa. Expliquei os objetivos do estudo e a importância da sua participação, garantindo o sigilo das informações coletadas. Após a compreensão e concordância, o Sr. Sebastião me concedeu uma entrevista que seguiu um formato semiestruturado, iniciando com a coleta de dados pessoais: nome, idade, sexo, escolaridade, profissão e tempo de residência na comunidade. Em seguida, pedi que narrasse um pouco da sua história na localidade. A partir dessa base, iniciei minha investigação, questionando-o sobre as mudanças percebidas por ele na comunidade, os principais impactos (positivos e/ou negativos) que vivenciou e como seu dia a dia se transformou ao longo do tempo.

A partir das informações coletadas foi perguntado também quais fatores ele considera ter contribuído para tais mudanças na comunidade, nessa parte eu dei um enfoque especial ao período de 2010 a 2022. A partir disso foi possível construir um panorama mais completo sobre as transformações na comunidade e dos fatores que as influenciaram e influenciam. Essa análise contribui para compreensão da dinâmica social da localidade. Após a nossa conversa foi pedido que o Sr. Sebastião indicasse outra pessoa para ser entrevistada.

Posteriormente, foi realizada uma visita ao Programa Saúde da Família (PSF) na comunidade para coletar dados demográficos. A escolha dessa fonte de pesquisa deve-se ao fato de que o banco de dados do DATASUS é constantemente atualizado, o que foi confirmado in loco. Ao ser atendido pela agente de saúde do PSF, foram fornecidos dados sobre a quantidade de famílias e o número de residentes na comunidade, que conta com 185 famílias e 535 habitantes. De acordo com a agente de saúde, esse número varia, pois, algumas famílias se deslocam para trabalhar fora da comunidade ao longo do ano e posteriormente retornam. Tal fato foi comprovado na segunda visita, quando foi constatado que o número de famílias na comunidade havia aumentado para 195 e o número de habitantes para 638.

Dessa forma essa pesquisa também poderá utilizar ferramentas etnográficas no intuito de estudar as pessoas no seu ambiente por meio de procedimentos como entrevistas em profundidade e observação participante (Gil, 2017). Tal método se faz necessário para compreender e caracterizar a comunidade e a região que são o foco dessa pesquisa. Sendo que, no que tange a caracterização da comunidade e da região, poderá ser utilizado um recorte temporal maior para entender questões históricas que afetam a atualidade.

Para a coleta de dados quantitativos, serão utilizadas diversas fontes oficiais como o IBGE que fornecerá informações demográficas, econômicas, sociais e ambientais da região. O DATASUS, um banco de dados do Sistema Único de Saúde, que será utilizado devido à sua frequente atualização, proporcionando dados mais precisos e recentes sobre a população local. A Fundação João Pinheiro complementar a análise com indicadores sociais, econômicos e demográficos regionais.

Por fim, o Cadastro Único (CadÚnico) será consultado para obter informações relativas às condições socioeconômicas das famílias de baixa renda, utilizando de dados dos beneficiários de programas sociais e fornecendo informações sobre condições de vida. A análise dos dados quantitativos será conduzida por meio da estatística descritiva empregando gráficos e tabelas para visualizar as tendências e padrões identificados. A escolha destas fontes de dados é fundamentada para garantir uma análise mais abrangente do problema

pesquisado, pois oferecem dados demográficos, de saúde, socioeconômicos que nos ajudarão a compreender as mudanças na região.

Após esta etapa, as respostas serão separadas por grupos, essas respostas serão relacionadas com as respostas das entrevistas semiestruturadas. Os dados qualitativos serão analisados com a análise de conteúdo. Conforme Vergara, (2005, p. 15) afirma que a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema, Marconi e Lakatos (2003) complementa dizendo que a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática, e quantitativa do conteúdo evidente da comunicação.

Ao considerar as metodologias descritas, emergem algumas limitações metodológicas significativas. A metodologia de bola de neve depende fortemente da qualidade e diversidade dos informantes iniciais, o que pode resultar em uma amostra não representativa da verdadeira diversidade da comunidade. A amostragem não probabilística e o viés de auto seleção podem introduzir vieses, uma vez que a seleção dos participantes é baseada em recomendações subjetivas, o que compromete a generalização dos resultados. Além disso, métodos qualitativos intensivos requerem tempo e recursos substanciais, o que pode ser um desafio logístico significativo.

A análise qualitativa está sujeita à interpretação subjetiva, o que exige rigor metodológico para garantir a validade dos resultados. A triangulação de dados quantitativos e qualitativos, embora enriquecedora, pode ser complexa, especialmente diante de discrepâncias entre fontes de dados. A confiança na memória e na honestidade dos participantes também pode afetar a precisão das informações. Reconhecer e abordar essas limitações durante o planejamento e a execução da pesquisa é essencial para assegurar a confiabilidade e validade dos achados, proporcionando uma compreensão robusta e aprofundada dos fenômenos investigados.

As limitações metodológicas foram enfrentadas com estratégias detalhadas e meticulosamente planejadas. Para atenuar a dependência da

qualidade dos informantes iniciais na técnica de bola de neve, critérios rigorosos de seleção foram estabelecidos, garantindo um perfil diversificado e representativo dos participantes. A triangulação de dados, utilizando várias fontes oficiais, foi essencial para validar e confrontar as informações qualitativas, proporcionando uma visão abrangente e reduzindo possíveis subjetividades.

Para superar os desafios logísticos e a limitação de recursos, a pesquisa foi estruturada em incursões a campo ao longo de dois anos, permitindo uma coleta de dados mais detalhada e contextualizada. A análise dos dados qualitativos seguiu uma abordagem sistemática e rigorosa, utilizando a análise de conteúdo para assegurar a objetividade. As entrevistas semiestruturadas foram usadas para guiar, mas também para permitir flexibilidade na coleta de informações detalhadas, reforçando a confiabilidade e robustez dos resultados da pesquisa.

Para um melhor entendimento esta dissertação está estruturada em três capítulos que visam proporcionar uma análise abrangente e detalhada sobre as transformações na Comunidade Rural de Jenipapinho. Após a introdução, que estabelece o contexto e a relevância do estudo, a seção "Caminhos Metodológicos" delinea as abordagens e técnicas utilizadas na pesquisa. No "Capítulo 1 - Contextualização", são explorados conceitos fundamentais, como a definição de ruralidade e as transformações do espaço rural no Brasil, destacando a multifuncionalidade e pluriatividade, bem como a dicotomia entre policultura e monocultura e os efeitos da modernização conservadora.

O "Capítulo 2 - Caracterização da Região e da Comunidade" aprofunda-se no perfil da Comunidade Rural de Jenipapinho, abordando as dinâmicas socioeconômicas locais, a prevalência da monocultura de eucalipto na região e as questões fundiárias do município. Este capítulo fornece uma compreensão detalhada das condições e desafios específicos da comunidade.

Por fim, o "Capítulo 3 - Estudo de Campo" apresenta as observações e dados coletados durante as visitas à comunidade, complementando a análise teórica com evidências empíricas. Referências e anexos são incluídos para apoiar a pesquisa e proporcionar recursos adicionais para uma compreensão mais completa do tema. Esta estrutura visa oferecer uma visão holística das

dinâmicas rurais em Jenipapinho, destacando as interações entre os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais.

CAPÍTULO 1 - JENIPAPINHO: UMA TRAJETÓRIA ENTRE RAÍZES E TRANSFORMAÇÕES

A caracterização da região e da comunidade é essencial para compreender o contexto de vida dos moradores da Comunidade Rural de Jenipapinho, localizada no município de Catuji-MG. Este capítulo se propõe a explorar os aspectos geográficos, históricos, socioeconômicos e culturais que definem a área, fornecendo uma visão abrangente das condições e dinâmicas locais. Ao entrar na comunidade pela BR 116, conforme mostrado na Figura 1, somos apresentados a uma paisagem que combina a rusticidade do campo com as singularidades geográficas. Esta estrada não só facilita o acesso, mas também simboliza a ligação vital entre Jenipapinho e o mundo exterior, fundamental para o desenvolvimento econômico e social da região.



Figura 1: Entrada da Comunidade pela BR 116. 04-07-2024

A vista do Morro da Igrejinha, ilustrada na Figura 2, revela uma porção significativa da comunidade e destaca o relevo montanhoso que caracteriza a região. Esta perspectiva não só oferece uma visão ampla e detalhada da área, mas também enfatiza a interação entre os elementos naturais e a ocupação humana. As encostas íngremes e as elevações moldam não apenas a paisagem, mas também influenciam as atividades econômicas e a vida cotidiana dos moradores, que precisam adaptar-se às especificidades geográficas do lugar.



Figura 2: Vista do Morro da Igrejinha. 04-07-2024

No próximo item deste capítulo, serão detalhados os aspectos específicos da vida na comunidade, englobando desde a organização social e econômica até as tradições e práticas culturais que constituem a identidade local. A análise desses elementos é crucial para o desenvolvimento desta pesquisa. Essa abordagem proporcionará uma visão abrangente e integrada das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldam a vida em Jenipapinho.

1.1 - Perfil da comunidade rural de Jenipapinho em Catuji-MG

Jenipapinho, uma comunidade rural com cerca de 638 habitantes distribuídos em 195 famílias, está localizada no município de Catuji, Minas Gerais, mais precisamente no Vale do Mucuri, a aproximadamente 20 km da sede municipal. Imersa no bioma da Mata Atlântica, a localidade experimentou ao longo dos anos significativas transformações socioeconômicas, moldando seu modo de vida e sua relação com o ambiente. A ocupação do território e a exploração dos recursos naturais são marcas presentes em sua história.

Conforme se observa no mapa, a comunidade está situada em uma área com relevo predominantemente montanhoso, cortada por cursos d'água e cercada por remanescentes de Mata Atlântica. Essa localização geográfica peculiar influencia diretamente as atividades econômicas e o modo de vida da população local, que historicamente se dedicou à agricultura e à pecuária.

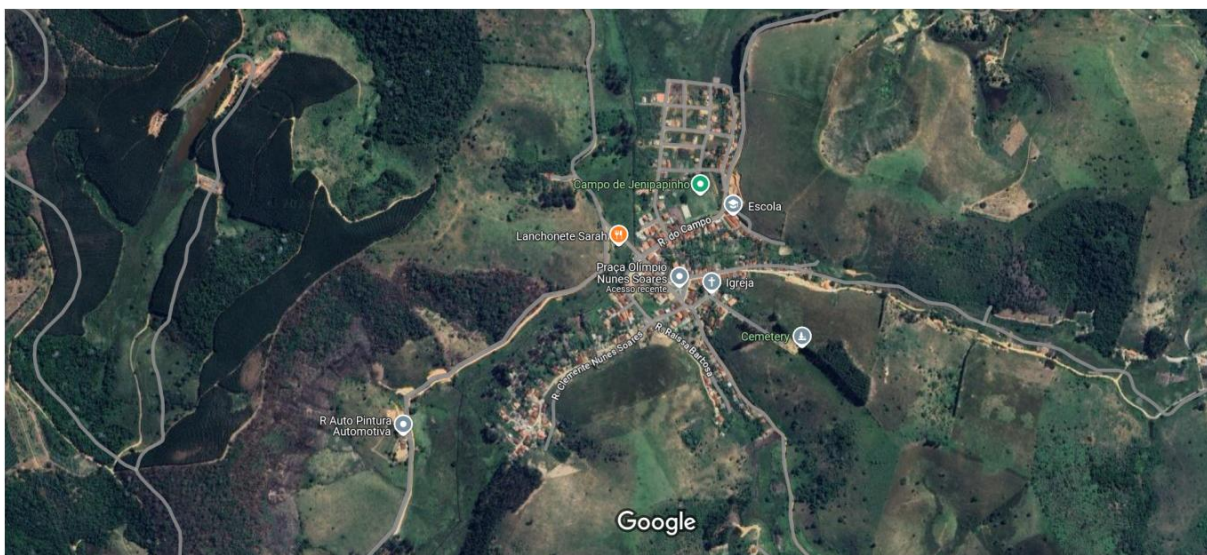


Figura 3: Imagens ©2024 Airbus, CNES / Airbus, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2024 200m

A mobilidade populacional é uma característica marcante de Jenipapinho. Os fluxos migratórios, tanto de saída em busca de oportunidades de trabalho em centros urbanos, quanto de retorno à comunidade, geram flutuações consideráveis na população local. Essa dinâmica migratória é impulsionada por diversos fatores, como a escassez de empregos no campo, a busca por melhores condições de vida, a falta de acesso a serviços básicos e a valorização de outros estilos de vida. A saída de jovens em busca de qualificação profissional e a volta de outros em períodos de instabilidade são exemplos dessas movimentações populacionais.

A mobilidade populacional em Jenipapinho desencadeia transformações sociais profundas na comunidade. A saída de jovens altera a composição etária da população, afetando as relações familiares e comunitárias. O retorno de migrantes, por sua vez, pode trazer consigo novas culturas e hábitos, enriquecendo o tecido social local. Essas transformações exigem que a comunidade se adapte a novas realidades e encontre formas de integrar os diferentes grupos sociais.

Historicamente, a economia de Jenipapinho esteve fortemente ligada à agricultura. Atualmente, a maior parte da população ainda se dedica a atividades rurais, seja como proprietários de pequenas propriedades, seja como trabalhadores rurais. O comércio local, representado por bares e pequenas mercearias, desempenha um papel importante na vida da comunidade. No

entanto, observa-se uma gradual diversificação das atividades econômicas, com o surgimento de pequenos negócios e a busca por novas oportunidades de renda. Essa transformação é impulsionada por diversos fatores, como o retorno de antigos moradores para a comunidade e o acesso a novas tecnologias.

A Festa do Jenipapiense Ausente, um evento tradicional que consta no calendário do Circuito Turístico das Pedras Preciosas⁴, é um marco na identidade cultural de Jenipapinho. Realizada anualmente em julho, a festa reúne moradores e ex-moradores da comunidade, fortalecendo os laços comunitários e preservando as tradições locais. A programação cultural diversificada, com shows de bandas locais e atrações especiais, patrocinadas pelo governo municipal, contribui para a valorização da cultura local e para a promoção do turismo na região. O tradicional jogo de futebol entre os moradores atuais e os ex-residentes simboliza a união e a rivalidade saudável entre os membros da comunidade, reforçando o sentimento de pertencimento.

Para concluir, os processos vivenciados na comunidade rural diante das mudanças socioeconômicas e ambientais é um testemunho poderoso de resiliência e inovação. A comunidade em questão, com sua localização geográfica única e tradições arraigadas, tem mostrado uma capacidade notável de se adaptar às novas circunstâncias, integrando elementos modernos enquanto preserva sua identidade cultural. As dinâmicas migratórias, o surgimento de novas atividades econômicas e a contínua celebração de eventos culturais refletem a complexidade e a riqueza da vida comunitária.

Essas transformações não apenas moldam o presente, mas também lançam bases para um futuro sustentável, onde o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e manutenção das tradições locais se torna fundamental. A capacidade de uma comunidade de se renovar e inovar, ao mesmo tempo em que valoriza suas raízes, é essencial para enfrentar os desafios do século XXI, garantindo uma qualidade de vida melhorada e um tecido social mais coeso e vibrante.

⁴ <https://www.pedraspreciosas.tur.br/eventos>

1.2 – Dinâmicas socioeconômicas locais

A análise dos indicadores socioeconômicos do município de Catuji-MG revela um cenário de desenvolvimento humano insatisfatório. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁵, com valor de 0,54, posiciona a cidade em uma situação de baixo desenvolvimento quando comparado à média nacional. A composição do IDHM, que considera dimensões como renda, longevidade e educação, evidencia as desigualdades existentes na população e a necessidade de políticas públicas mais eficazes. Essa situação é agravada pela alta desigualdade de renda em Catuji, corroborada pelo Índice de Gini de 0,54, indicando uma concentração significativa de renda nas mãos de poucos indivíduos.

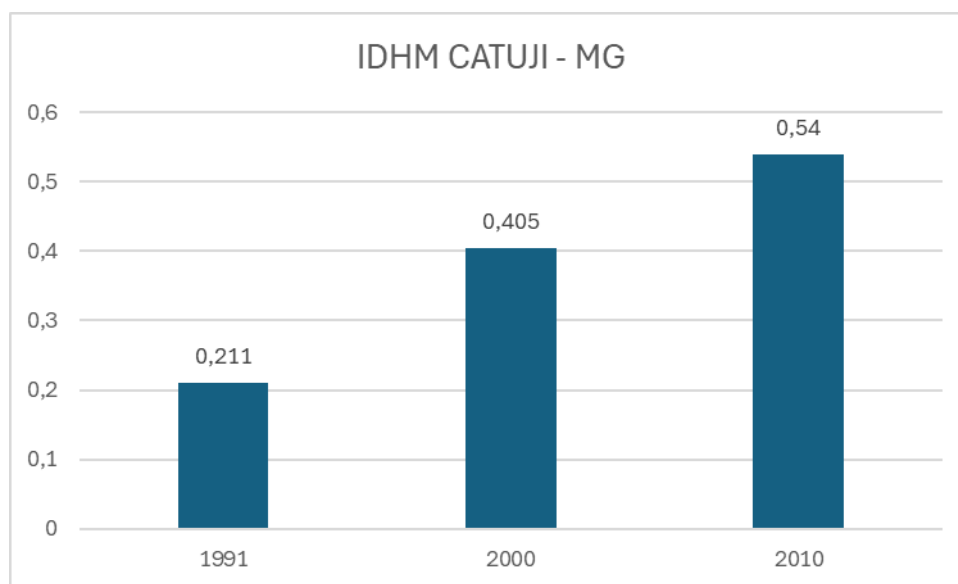


Gráfico 1: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Catuji – MG (IBGE, 2010)

O gráfico do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Catuji, MG, evidencia um crescimento constante ao longo dos anos, passando de aproximadamente 0,211 em 1991 para cerca de 0,54 em 2010. Este aumento significativo reflete melhorias substanciais em diversas áreas, como expectativa de vida, educação e renda per capita. O avanço na expectativa de vida sugere melhores condições de saúde e acesso a serviços médicos, enquanto o

⁵ Adaptação do IDH para o nível municipal, calculado com base em dados do IBGE. É composto por três dimensões: educação (escolaridade da população adulta e esforço educacional), saúde (esperança de vida ao nascer) e renda (renda per capita). O índice é obtido pela média geométrica desses componentes (Fundação João Pinheiro, 2010).

progresso na educação indica um maior número de crianças e jovens frequentando e completando o ensino fundamental e médio. Além disso, o crescimento na renda per capita sugere uma economia local em expansão e melhores oportunidades de emprego. Esses fatores combinados demonstram um progresso contínuo e positivo no desenvolvimento humano em Catuji, ressaltando a importância de políticas públicas eficazes e investimentos em infraestrutura e serviços essenciais para a população.

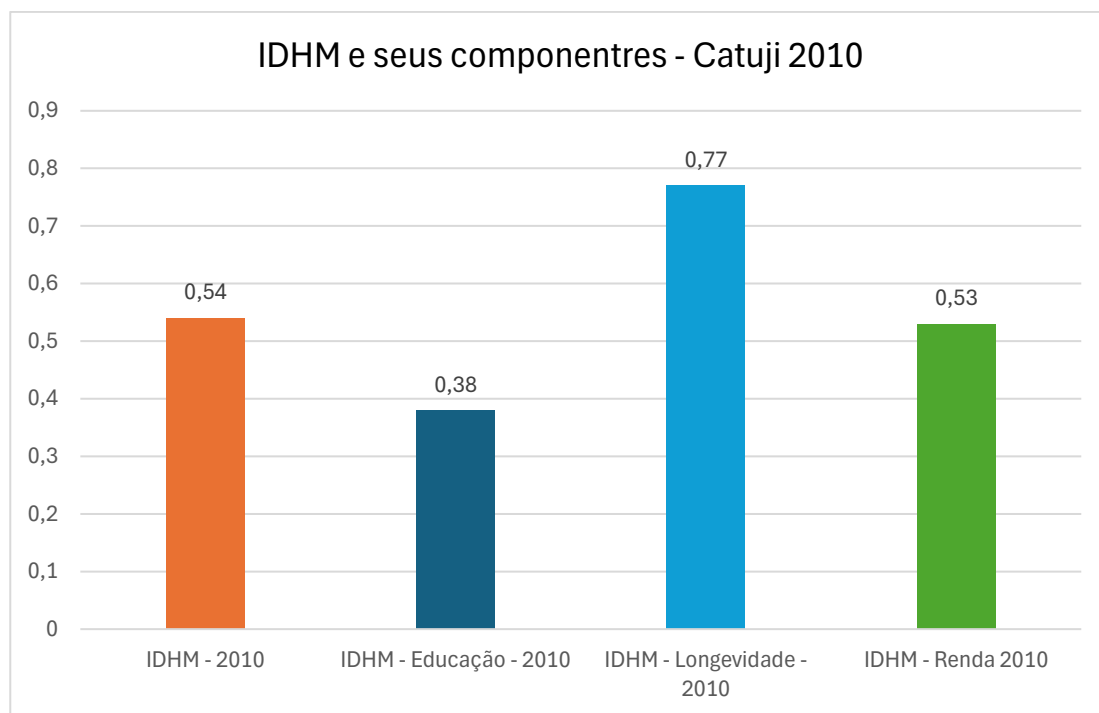


Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, Catuji-MG (Fundação João Pinheiro, 2010)

O gráfico acima apresenta um panorama interessante sobre o desenvolvimento humano do município no ano de 2010. Embora a longevidade apresente o valor mais alto e a renda um valor mediano, os indicadores de educação são preocupantemente baixos. Essa disparidade sugere que, embora a população de Catuji tenha uma expectativa de vida relativamente alta e uma renda mediana, o acesso à educação de qualidade ainda é um desafio para o município. A baixa escolaridade pode impactar diretamente a qualidade de vida da população, limitando oportunidades de trabalho e de desenvolvimento pessoal.

Dentro desse contexto de desigualdade e desafios educacionais, o Programa Bolsa Família desempenha um papel fundamental na garantia de

renda e acesso a direitos básicos para famílias em situação de vulnerabilidade no município de Catuji, Minas Gerais. Em outubro de 2024, 1.422 famílias foram beneficiadas, totalizando um investimento de R\$ 996.497,00. Além do Benefício de Renda de Cidadania (BRC), o município também oferece outros auxílios, como o Benefício Complementar (BC), Benefício Primeira Infância (BPI) e Benefício Extraordinário de Transição (BET), demonstrando um forte compromisso com a promoção da inclusão social. Paralelamente, o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros atendeu 348 famílias, contribuindo significativamente para a segurança alimentar na região.

A gestão das condicionalidades, que exige o cumprimento de requisitos nas áreas de saúde e educação, é crucial para o sucesso do programa. No entanto, a análise mostra que enquanto o acompanhamento das condicionalidades de saúde teve resultados positivos, com uma cobertura de 86,9%, o acompanhamento das condicionalidades de educação ainda enfrenta desafios, com uma cobertura de apenas 79,2%, inferior à média nacional. Dessa forma, é essencial que o município intensifique as ações de acompanhamento e orientação às famílias para garantir que todas as condicionalidades sejam cumpridas, assegurando o acesso adequado aos serviços de educação.

O Cadastro Único é a base para a concessão de benefícios sociais e desempenha um papel fundamental na gestão do Programa Bolsa Família. Contudo, em Catuji, a taxa de atualização cadastral é de 81,7%, abaixo da média nacional. A atualização regular do cadastro é vital para garantir a precisão das informações e a correta identificação das famílias beneficiárias. Embora o município tenha recebido recursos do PROCAD-SUAS para fortalecer a gestão do Cadastro Único, ainda existem oportunidades para melhorar os indicadores e garantir a otimização dos recursos.

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) é um indicador que mede a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único nos municípios. Em agosto de 2024, Catuji apresentou um IGD de 0,82, o que resultou em um repasse financeiro de R\$ 4.761,41. Para continuar investindo na melhoria do IGD, é necessário que o município fortaleça suas ações de gestão e acompanhamento, o que se traduzirá em mais recursos para apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade.

Em resumo, a análise das dinâmicas socioeconômicas locais em Catuji-MG evidencia um cenário de desigualdade e desafios significativos, mas também mostra o papel crucial de programas sociais como o Bolsa Família na tentativa de mitigar esses problemas. A continuidade dos investimentos e a implementação de ações estratégicas são essenciais para a melhoria contínua do programa, garantindo que mais famílias em situação de vulnerabilidade possam ser atendidas de maneira eficaz e eficiente.

1.3 - Monocultura de eucalipto na região

A expansão da monocultura de eucalipto em Catuji-MG tem desenhado um novo panorama regional nas últimas décadas, com repercussões profundas nos aspectos socioambientais e econômicos. Impulsionada pela crescente demanda por carvão vegetal, principalmente para abastecer a indústria siderúrgica, a monocultura do eucalipto tem se expandido rapidamente, substituindo outras atividades agrícolas e florestais. Essa intensificação da produção tem gerado debates sobre seus impactos na biodiversidade, no uso da água, na concentração fundiária e nas dinâmicas socioeconômicas locais.

A produção de eucalipto em Catuji, Minas Gerais, destaca-se como uma atividade agrícola de relevância local e oferece uma perspectiva singular acerca do uso sustentável dos recursos florestais na região. Ao longo de um período de dez anos (2014-2023), os dados evidenciam uma dinâmica de crescimento inicial significativo seguido por períodos de estabilidade e declínio gradual, refletindo as transformações estruturais e econômicas no setor florestal.

Entre 2014 e 2018, observou-se uma expansão expressiva da área plantada de eucalipto no município. Em 2014, a área destinada ao cultivo era de 207 hectares, representando um aumento de 13,53% em relação ao ano anterior. Este período inicial, marcado por um crescimento moderado, culminou em 2018 com um salto significativo na área plantada, que alcançou 1.459 hectares, configurando um aumento anual de 65,80%. Esse avanço pode ser associado ao investimento em políticas públicas voltadas para o reflorestamento, além da adoção de tecnologias e práticas agrícolas mais eficientes.

Entretanto, entre 2019 e 2023, houve uma desaceleração no crescimento da produção, com a área plantada atingindo 1.300 hectares em 2023, correspondendo a uma redução de 5,80% em comparação com o ano anterior. A estabilidade observada até 2020, seguida por um declínio mais acentuado, pode estar associada a fatores externos como alterações climáticas, limitações de mercado e concorrência com outras culturas de maior rentabilidade.

No contexto estadual, a participação de Catuji na produção de eucalipto permanece relativamente modesta, variando entre 0,01% e 0,07% ao longo do período analisado. Essa proporção limitada evidencia que, embora o cultivo seja relevante no âmbito municipal, o impacto no setor florestal de Minas Gerais é restrito, sugerindo a necessidade de ações estratégicas para aumentar a competitividade e o protagonismo regional na produção de eucalipto.

A análise da produção ao longo dos anos revela desafios e oportunidades que podem ser explorados para promover o desenvolvimento sustentável e econômico. A estabilização da produção pode ser alcançada por meio da implementação de práticas de manejo florestal avançadas, diversificação nos usos do eucalipto (como celulose, madeira serrada e carvão vegetal) e políticas públicas voltadas para a mitigação de riscos climáticos e de mercado. Tais estratégias não só contribuiriam para o fortalecimento da economia local, como também posicionariam o município em um patamar mais competitivo no cenário estadual e nacional.

O gráfico apresentado abaixo demonstra um crescimento significativo na área de plantio de eucalipto entre os anos de 2014 e 2023. Nota-se uma expansão considerável a partir de 2017, com um pico em 2018. Após um leve declínio nos anos seguintes, a área de plantio voltou a aumentar em 2022 e 2023, embora em um ritmo mais moderado. Essa tendência ascendente indica um aumento constante na produção de eucalipto, o que pode estar relacionado a diversos fatores, como a crescente demanda por produtos derivados da madeira, investimentos em tecnologias de cultivo e políticas governamentais que incentivam o setor florestal.

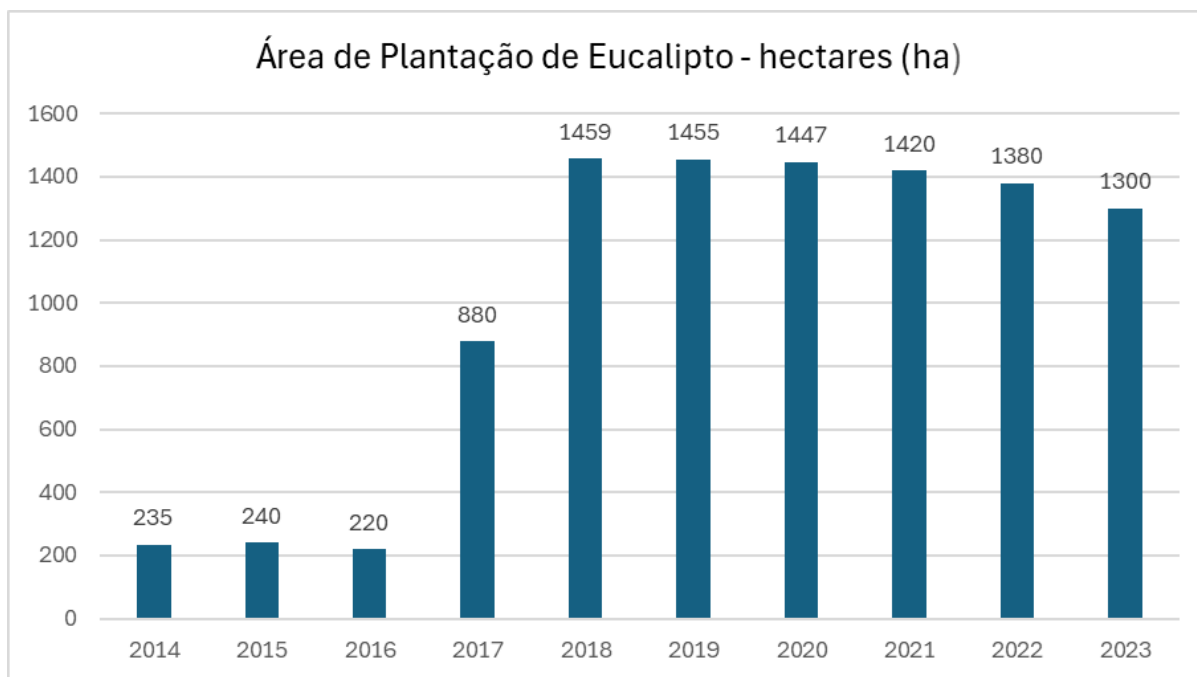


Gráfico 3: Área destinada ao plantio de eucalipto (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

O gráfico 2 demonstra um crescimento significativo na área de plantio de eucalipto em Catuji-MG, refletindo diretamente na produção de carvão vegetal, como evidenciado pelo gráfico 3. A expansão da área cultivada, especialmente a partir de 2017, proporcionou um aumento substancial na matéria-prima disponível para a produção de carvão, impulsionando a produção no município, principalmente a partir de 2019. Esse período marcou um ponto de inflexão, com uma aceleração notável na quantidade de carvão vegetal produzido, sugerindo a entrada de novos investidores ou a expansão das operações das empresas já existentes na região. Esse crescimento contínuo na área de plantio e na produção de carvão reflete uma cadeia produtiva e em constante expansão, respondendo à crescente demanda do mercado, principalmente da indústria siderúrgica.

A correlação entre o aumento da área plantada e a produção de carvão vegetal destaca não apenas a eficiência, mas também a capacidade adaptativa dos produtores locais em maximizar o uso das terras cultiváveis. Todavia, essa intensificação da produção suscita preocupações quanto à sustentabilidade a longo prazo. Entre essas preocupações, encontram-se os impactos ambientais advindos da monocultura de eucalipto, como a degradação do solo e a perda de

biodiversidade, além dos efeitos socioeconômicos negativos sobre as comunidades rurais, incluindo a possível redução da qualidade de vida e a perpetuação de desigualdades sociais.

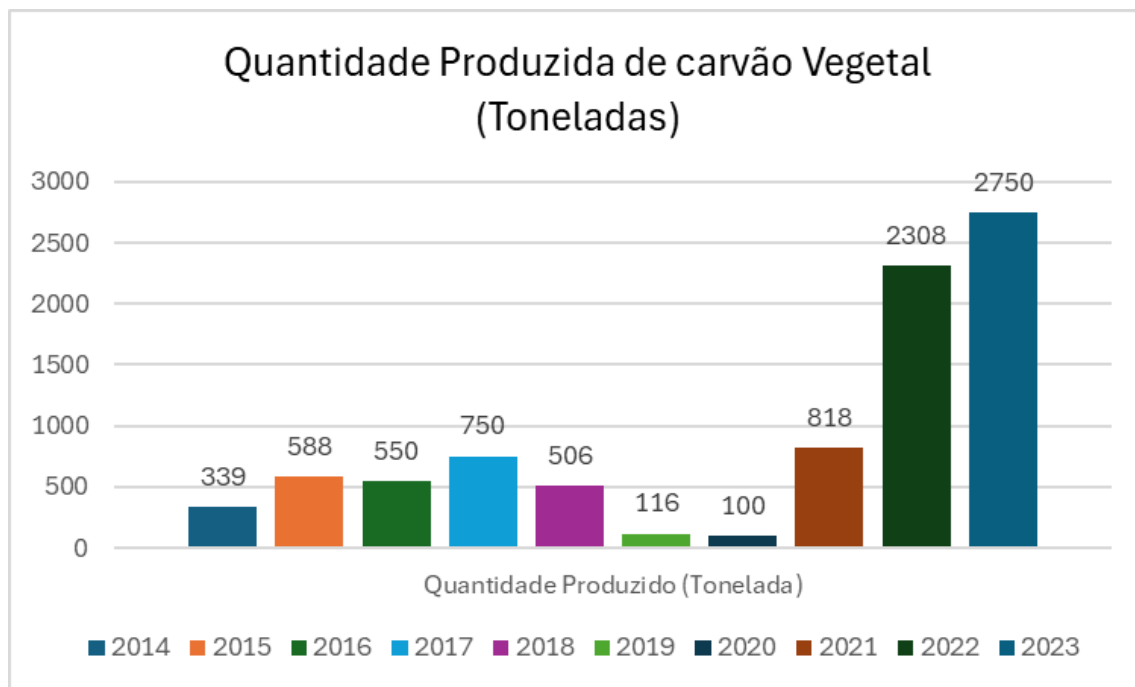


Gráfico 4 - Quantidade de carvão vegetal produzida (eucalipto). (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023)

O gráfico apresentado evidencia um crescimento significativo na produção de carvão vegetal em Catuji-MG ao longo dos últimos anos, com destaque para o período entre 2020 e 2023. Essa tendência ascendente indica uma expansão expressiva da atividade carbonífera na região, resultando em importantes implicações socioeconômicas e ambientais. A partir de 2020, observa-se um aumento substancial na produção, com uma taxa de crescimento que supera os anos anteriores. Esse crescimento contínuo sugere a entrada de novos players no mercado ou a expansão das operações de empresas já existentes. Este fenômeno pode estar ligado a um aumento na demanda por carvão vegetal, investimentos em novas tecnologias e práticas de manejo florestal mais eficientes.

Mesmo com a tendência de crescimento, o gráfico também mostra variações anuais na produção de carvão vegetal. Essas flutuações podem ser causadas por diferentes fatores, como mudanças no clima, que afetam a

produtividade das florestas de eucalipto, ou oscilações na demanda do mercado, que influenciam diretamente a quantidade de carvão produzido e vendido. Além disso, políticas públicas podem trazer novas regulamentações ou incentivos que alteram o cenário. As flutuações no mercado também desempenham um papel importante, afetando tanto a demanda quanto a capacidade de produção, resultando em variações na quantidade de carvão vegetal produzido ano a ano.

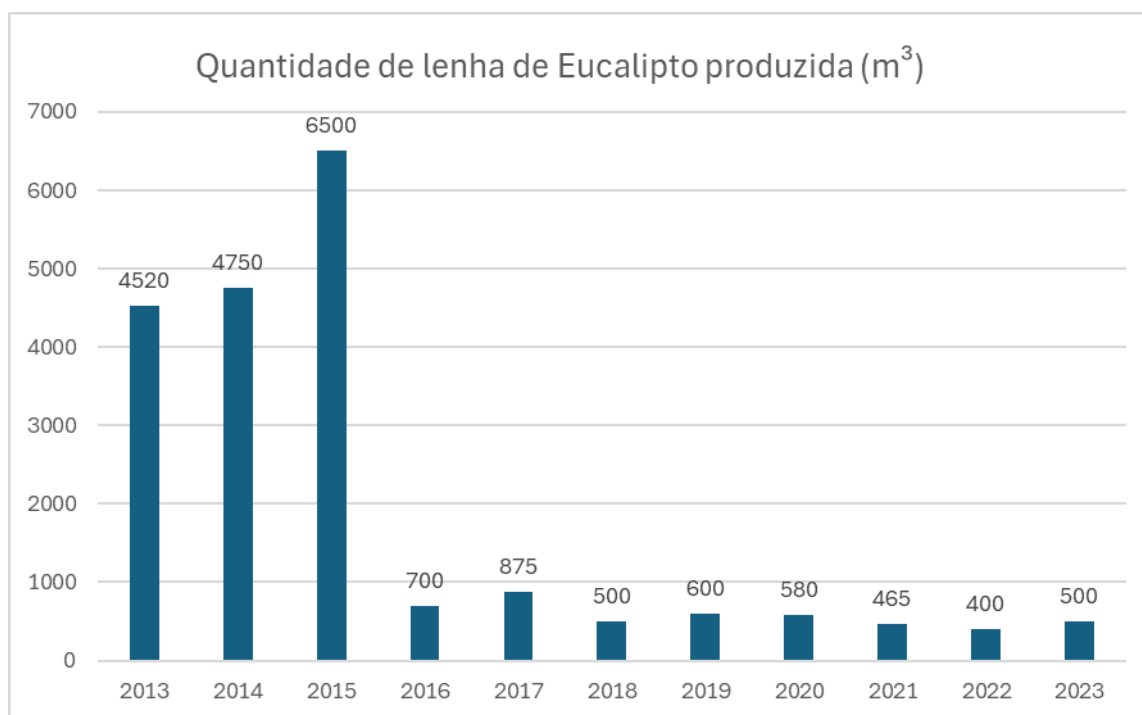


Gráfico 5: Quantidade de lenha de Eucalipto produzida em Catuji - MG. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023)

O gráfico 4 apresenta a quantidade de lenha de eucalipto produzida em Catuji, MG, ao longo dos anos de 2013 a 2023, medida em metros cúbicos (m³). A análise revela uma tendência significativa de queda na produção ao longo do período analisado. Em 2013, a produção de lenha de eucalipto estava em torno de 4.000 m³. Nos dois anos subsequentes, observou-se um aumento gradual, alcançando o pico em 2015, com a produção ultrapassando 6.000 m³. Este crescimento pode ser atribuído a um possível aumento da demanda por lenha de eucalipto ou a melhorias nas práticas de manejo florestal e condições climáticas favoráveis. No entanto, a partir de 2015, a produção sofreu uma queda abrupta, chegando a menos de 1.000 m³ em 2016.

Essa redução drástica pode ser associada a diversos fatores, como o período de crescimento das mudas de eucalipto, que geralmente demanda alguns anos antes de estarem prontas para o corte⁶. Paralelamente, o gráfico 3 mostra a quantidade de carvão produzida no mesmo período, com um leve aumento na produção entre 2016 e 2017, seguido por uma queda entre 2018 e 2020, e um grande aumento entre os anos de 2021 e 2023.

A análise da produção de lenha de eucalipto em Catuji (2013-2023) e a expansão da monocultura de eucalipto na região mostram uma relação direta entre a área plantada e a produção de lenha e carvão vegetal. O crescimento na área de plantio de eucalipto, especialmente a partir de 2017, proporcionou um aumento na matéria-prima disponível, impulsionando a produção de carvão vegetal. Este crescimento está alinhado com a demanda da indústria siderúrgica e outras indústrias que utilizam o carvão vegetal como fonte de energia.

Esta correlação entre o aumento da área plantada e da produção de carvão vegetal indica a existência de uma cadeia produtiva robusta e em expansão na região. No entanto, a expansão da monocultura de eucalipto também levanta preocupações sobre os impactos socioambientais, como a redução da biodiversidade, a pressão sobre os recursos hídricos e a concentração de terras. Esses desafios necessitam de políticas públicas que incentivem práticas de manejo sustentável e a diversificação das atividades econômicas, assegurando a sustentabilidade a longo prazo da região.

1.4 – Produção agrícola do município

A produção agrícola configura-se como um pilar estratégico para o desenvolvimento econômico e social de Catuji. O setor agropecuário desempenha papel essencial na economia local, contribuindo com cerca de

⁶ Esta informação foi obtida a partir de uma conversa informal com um dos trabalhadores da carvoaria que fica próximo da comunidade. O eucalipto demora alguns anos para atingir a idade ideal de corte. Segundo Higa, Mora e Higa (2000, p 24) “as plantações de eucalipto para produção de lenha, carvão vegetal, moirões e madeira para a indústria de celulose são normalmente cortadas entre os 6 e 8 anos de idade.”

7,7% do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade, segundo dados recentes (IBGE, 2025). Essa proporção reflete a interconexão entre as práticas agrícolas e a geração de riqueza na região. Além disso, a posição geográfica e climática favorável da cidade integra Catuji no contexto maior do parque cafeeiro mineiro, consolidando o estado de Minas Gerais como o maior produtor de café no Brasil (Portal MG, 2024).

A diversificação da produção agrícola de Minas Gerais é outro ponto de destaque, abrangendo uma vasta gama de culturas como algodão, arroz, batata, feijão, laranja, mandioca, milho e soja, além da pecuária leiteira. O estado é reconhecido nacionalmente como um dos principais polos produtores de leite, sustentado por um grande rebanho bovino e pela tecnologia aplicada ao setor, promovendo ganhos em eficiência e qualidade (IBGE, 2025). A relevância econômica dessas atividades estende-se às exportações, que posicionam Minas Gerais como um dos protagonistas do agronegócio brasileiro no mercado internacional (Portal MG, 2024).

A importância do setor agropecuário transcende os aspectos econômicos, contribuindo também para a geração de empregos e para o fortalecimento das cadeias produtivas locais, que impulsionam o comércio, a indústria e os serviços. Em um mundo marcado pelo desafio da segurança alimentar, a contribuição agrícola de Minas Gerais desempenha papel relevante na oferta de alimentos para o Brasil e outros países, reforçando seu protagonismo no cenário global (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2023).

Além do setor agropecuário, a economia de Catuji é marcada pela diversificação, com destaque para o setor de serviços e a administração pública. Estes segmentos complementam a estrutura econômica local, oferecendo suporte para a população e promovendo estabilidade social e econômica. As interações entre os diferentes setores evidenciam um panorama econômico dinâmico, em que a agricultura atua como uma força motriz para o desenvolvimento regional.

1.5 - Impactos ambientais da monocultura de eucalipto na comunidade rural de Jenipapinho: Solo, Biodiversidade e Recursos hídricos

A monocultura de eucalipto tem se tornado uma prática agrícola amplamente adotada em diversas regiões, trazendo à tona discussões sobre seus potenciais impactos ambientais. Na comunidade rural de Jenipapinho, localizada em Catuji-MG, essa prática tem gerado preocupações significativas, especialmente em relação à qualidade do solo, à biodiversidade local e ao uso dos recursos hídricos. Com a expansão dessa cultura, surgem desafios que demandam uma análise detalhada e criteriosa para compreender as reais consequências dessa atividade econômica.

A qualidade do solo é uma das principais preocupações relacionadas à monocultura de eucalipto. A repetição constante de uma única espécie vegetal no mesmo terreno pode resultar no empobrecimento dos nutrientes do solo, comprometendo sua fertilidade e capacidade de sustentar outras formas de vida vegetal. Este fenômeno, denominado exaustão do solo, pode ter efeitos duradouros e exigir intervenções específicas para restaurar a saúde do solo.

Por outro lado, como diz Viana (2004), ao contrário da crença comum, o eucalipto não empobrece o solo, mas contribui significativamente para seu enriquecimento por meio do ciclo de nutrientes. Após a colheita, a matéria orgânica derivada de folhas, cascas e galhos, rica em nutrientes, é deixada no local, onde se decompõe e melhora a estrutura do solo, sua capacidade de retenção de água e aeração. Além disso, a cobertura vegetal contínua, característica das plantações de eucalipto, protege o solo da erosão, promovendo sua saúde e fertilidade a longo prazo. Embora existam perspectivas divergentes sobre os impactos do eucalipto no solo, a maioria dos estudos sugere que, quando manejadas de forma sustentável, essas plantações trazem benefícios significativos para o ecossistema.

O autor ainda complementa dizendo que a monocultura do eucalipto gera debates significativos acerca de seus impactos na biodiversidade do solo. Críticos apontam que a dominância de uma única espécie vegetal pode restringir a variedade de microrganismos e outros organismos do solo, comprometendo,

assim, a saúde e a resiliência desse ecossistema ao longo do tempo. Adicionalmente, a exsudação de substâncias químicas alelopáticas pelo eucalipto pode inibir o crescimento de outras plantas e afetar negativamente as comunidades microbianas. Por outro lado, defensores do cultivo de eucalipto sustentam que, quando manejado de forma sustentável, essa espécie pode contribuir para a ciclagem de nutrientes. A prática de plantio misto com espécies nativas também é citada como uma estratégia eficaz para aumentar a biodiversidade do solo. No entanto, a literatura científica enfatiza a necessidade de mais pesquisas para compreender plenamente os impactos de longo prazo do eucalipto na biodiversidade do solo. Embora existam preocupações legítimas, alguns estudos sugerem que, com práticas de manejo adequadas, é possível que o eucalipto coexista de forma harmoniosa com diversas formas de vida no solo.

Outro fator crítico é o uso dos recursos hídricos. O eucalipto é uma planta conhecida por sua alta demanda por água, o que pode resultar na diminuição da disponibilidade hídrica para outros usos, como o abastecimento das comunidades e a manutenção dos corpos d'água locais. A redução da quantidade de água disponível pode agravar problemas de escassez hídrica, especialmente em períodos de seca, afetando diretamente a vida das pessoas que dependem desses recursos.

O eucalipto, reconhecido por seu elevado consumo de água, exerce impactos substanciais sobre os recursos hídricos. Diversos estudos indicam que plantações dessa espécie podem resultar no esgotamento de nascentes, na redução do fluxo de rios e na diminuição da produção de água em bacias hidrográficas. A alta demanda hídrica dessas árvores afeta diretamente as comunidades locais, prejudicando a agricultura e provocando conflitos relacionados ao uso da água. Ademais, a intensa transpiração do eucalipto interrompe o ciclo hidrológico, reduzindo os níveis de água subterrânea e secando cursos d'água. Embora inicialmente promovidas como solução para a erosão e o aumento das chuvas, as plantações de eucalipto têm demonstrado o efeito contrário, contribuindo para a escassez hídrica e suscitando debates sobre a necessidade de regulamentação do uso da água em áreas com essa cultura (Viana, 2004).

Outra questão que levanta a preocupação dos moradores da comunidade é a poluição do ar, no Brasil, a atividade de produção de carvão vegetal caracteriza-se pela devastação de florestas nativas, pela utilização de trabalho em condições análogas à escravidão e pela poluição atmosférica gerada pelos fornos de alvenaria primitivos, que emitem grandes quantidades de fumaça, constituindo uma fonte significativa de poluição e contaminação ambiental (Santos; Hatakeyama, 2012).



Figura 4: Fornos utilizados para carbonização do eucalipto e produção de carvão vegetal na Comunidade

A figura 4 nos mostra o tipo de forno que é utilizada para carbonização da madeira, o forno rabo quente. Esse tipo de forno, tecnologia tradicional na produção de carvão vegetal, apresenta construção simples e operação relativamente fácil. Confeccionado com materiais locais como barro e areia, o forno opera por meio da carbonização da lenha em ambiente com pouco oxigênio. A qualidade da lenha, as condições climáticas e a habilidade do operador influenciam diretamente no rendimento e na qualidade do produto. O processo de carbonização é acompanhado pela observação da cor da fumaça que emana pelas baianas, indicando o estágio de conversão da madeira em carvão. A gestão adequada do processo é crucial para garantir a segurança e a eficiência da produção (Faria, 2003).

Apesar de o forno rabo-quente ser uma tecnologia tradicional e de baixo custo, ele apresenta limitações notáveis. A ausência de mecanismos de controle de temperatura e a dificuldade em controlar a liberação de gases resultam em um produto de qualidade inferior e em impactos ambientais significativos. Adicionalmente, o processo produtivo é altamente dependente de mão de obra, com operações manuais que demandam tempo e esforço consideráveis. Em suma, embora acessível, o forno rabo-quente enfrenta desafios em relação à qualidade do produto, à eficiência produtiva e à sustentabilidade ambiental (Alves e Silva, Sarah, 2022).

Desse modo, fica claro que a monocultura de eucalipto em Jenipapinho, assim como em outras regiões, configura um cenário complexo e multifacetado. Aspectos cruciais como a qualidade do solo, a biodiversidade e os recursos hídricos são significativamente impactados pela expansão dessa cultura. Embora alguns estudos apontem para benefícios como o enriquecimento do solo e a ciclagem de nutrientes, não se pode negligenciar as preocupações referentes à exaustão dos nutrientes, à redução da biodiversidade e à elevada demanda hídrica do eucalipto.

1.5 – Caracterização fundiária do município

No cenário atual de desenvolvimento urbano no Brasil, a regularização fundiária se destaca como uma ferramenta vital para a promoção da justiça social, econômica e ambiental. O processo de regularização não só legitima a posse de imóveis, como também integra áreas urbanas ao mercado formal, promovendo crescimento e desenvolvimento sustentável. Em meio a esses esforços, o município de Catuji, localizado no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, desponta como um exemplo pioneiro e inspirador.

A regularização fundiária do município é um marco histórico que alterou a vida de milhares de pessoas. De acordo com informação.... em dois anos o município conseguiu regularizar completamente (100%) seu perímetro urbano, beneficiando 2.470 unidades imobiliárias que estavam em situação de insegurança jurídica. Tal processo de regularização pode ter produzido

benefícios econômicos, ao passo que a REURB⁷ (Regularização Fundiária Urbana) é um gerador de riquezas. Após a formalização dos registros, novas oportunidades emergem: o município começa a arrecadar tributos e monitorar propriedades, enquanto o cartório passa a registrar transações adicionais, como averbações de construção, escrituras de compra e venda e inventários judiciais ou extrajudiciais. A formalização dos imóveis pode permitir que os proprietários utilizem seus bens como garantia para financiamentos, estimulando a economia local através de novos investimentos e geração de emprego e renda.

Entretanto, os benefícios da regularização fundiária em Catuji abrangem predominantemente os moradores do perímetro urbano. Segundo dados do IBGE (2022), a população urbana do município representa aproximadamente 25% da população total, enquanto a população rural constitui cerca de 75%. Esta disparidade destaca uma questão fundamental na distribuição dos benefícios da regularização fundiária.

A grande maioria da população do município, que reside em áreas rurais, ainda enfrenta desafios significativos relacionados à posse e regularização de suas terras. A situação fundiária no meio rural é marcada por uma série de irregularidades e inseguranças jurídicas que pode afetar diretamente a qualidade de vida dos moradores e a sustentabilidade das práticas agrícolas. Esses desafios incluem a falta de documentos oficiais que comprovem a posse da terra, a ausência de infraestruturas adequadas e o acesso limitado a créditos e financiamentos rurais.

A necessidade de expandir os esforços de regularização fundiária para as áreas rurais é imperativa. A inclusão das comunidades rurais no processo de regularização não só promoverá a justiça social e econômica, mas também incentivará o desenvolvimento sustentável do município como um todo. A regularização das terras rurais permitirá aos agricultores obter financiamentos mais facilmente, investir em melhorias produtivas e infraestrutura, além de garantir a segurança jurídica de suas propriedades.

⁷ A Lei 13.465/2017 instituiu a REURB, um instrumento legal que possibilita a regularização de assentamentos urbanos irregulares, por meio da titulação de seus moradores e da integração desses locais ao ordenamento territorial urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável das cidades. (BRASIL, 2017)

Portanto, enquanto a regularização fundiária urbana em Catuji pode ter auxiliado a consolidação de políticas públicas futuras considerem de forma mais ampla a questão fundiária do município, integrando tanto as áreas urbanas quanto rurais. A experiência adquirida na regularização do perímetro urbano pode servir como um impulso e modelo para expandir os esforços de regularização no meio rural.

CAPÍTULO 2 - O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CONTEXTUALIZADA

As raízes da sociedade brasileira encontram-se profundamente ancoradas no meio rural. Desde os tempos coloniais, a economia agrária desempenhou um papel central no desenvolvimento do país. As grandes fazendas de açúcar, café e posteriormente a pecuária foram fundamentais para a estrutura econômica e social do Brasil. Além disso, a vida nas áreas rurais, marcada pela produção agrícola e pelas relações sociais peculiares, foi determinante para a formação da nossa identidade nacional. Os valores culturais, as tradições folclóricas e até mesmo os sistemas de crenças e festividades derivam, em grande medida, desse ambiente rural, onde a convivência comunitária e a interdependência entre os habitantes moldaram um senso de coletividade e pertencimento.

É importante ressaltar que, apesar das profundas transformações ocorridas ao longo dos séculos, as marcas desse passado rural ainda são perceptíveis na sociedade brasileira contemporânea. A urbanização e a industrialização alteraram significativamente o panorama econômico e demográfico, mas não apagaram a influência rural. Traços dessa herança podem ser observados nas manifestações culturais, nos hábitos alimentares, nas festividades regionais e até na forma como as cidades se organizam e relacionam com o campo. O êxodo rural, embora tenha levado milhões às cidades, também trouxe consigo as tradições e a cultura do campo, integrando-as ao ambiente urbano. Dessa forma, o passado rural do Brasil continua a influenciar e a enriquecer a vida cultural e social do país, reforçando a importância de compreender e valorizar essa herança em nossa identidade nacional. Nas palavras de Holanda (2014):

Toda estrutura da nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreender exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje. (Holanda, 2014, p. 85)

O autor se defende que a herança rural processada no Brasil colonial marca a trajetória da nossa nação até os dias atuais. O mundo rural se

sobrepunha ao mundo urbano, as cidades muitas vezes serviam como centros administrativos, mas não eram o epicentro da estrutura social o que resultou em uma dinâmica social na qual as relações de poder, economia e cultura foram moldadas pelas condições predominantes nas áreas rurais.

Holanda (2014), ao desvendar as raízes históricas da sociedade brasileira, oferece um arcabouço teórico fundamental para a compreensão da evolução do espaço rural. A estrutura fundiária concentrada, as relações de trabalho patrimonialistas e a cultura latifundiária, heranças do período colonial, moldaram profundamente as dinâmicas do campo brasileiro. Ao analisar a persistência de valores e práticas tradicionais na sociedade rural, o autor nos convida a refletir sobre a complexidade das transformações sociais e a importância de considerar os aspectos culturais e simbólicos na análise das relações entre o homem e o meio ambiente. Já Antônio Candido (2001) ao discutir o conceito de "rural" destaca a importância de irmos além de uma simples localização geográfica.

Conceituar o "rural" se configura como um desafio multifacetado, em decorrência da multiplicidade de abordagens e critérios que permeiam o tema, evidenciando a ausência de um consenso definitivo sobre seu significado preciso (Ponte, 2004). Essa pluralidade de definições é reforçada por Gomes (2013), que destaca a necessidade de adaptações contextuais diante da inexistência de um consenso global. Os critérios tradicionais utilizados para definir o "rural", como os políticos administrativos, econômicos, setoriais e quantitativos, apresentam limitações significativas, pois não conseguem capturar em sua totalidade a complexa e dinâmica realidade dos territórios rurais (Ponte, 2004).

A lacuna evidencia a necessidade de transcender a lógica binária que contrapõe o rural ao urbano, reconhecendo a interconexão e a interdependência entre esses espaços, além de considerar as heterogeneidades e as especificidades de cada contexto regional e local. Diante dessa complexa realidade, torna-se fundamental adotar uma perspectiva multidimensional que abranja as diversas nuances do "rural", reconhecendo sua natureza heterogênea e em constante transformação. Essa abordagem holística deve considerar aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, ambientais e históricos, a fim

de compreender as diferentes formas de vida e organização social presentes nos territórios rurais.

O termo "rural" não se limita a definir um lugar físico, mas sim uma categoria de pensamento que organiza o mundo social e influencia as ações. Sua definição não é rígida, podendo variar de acordo com o contexto e época. Do ponto de vista sociológico, o "rural" se contrapõe ao "urbano", caracterizando-se por atividades agrícolas, baixa densidade populacional e forte relação com a natureza. No entanto, essa dicotomia vem se diluindo com o tempo, com o surgimento de novas realidades e perspectivas, como a ideia de um "renascimento rural". A complexa e dinâmica natureza do conceito de "rural" exige análises contextualizadas que considerem as dimensões sociais, econômicas e culturais de cada caso (Carneiro, 2008). A autora ainda complementa dizendo que a antiga visão do "rural" como sinônimo de declínio e despovoamento está se desfazendo.

Novas realidades surgem, apontando para um "renascimento" marcado pela revitalização social e econômica das áreas rurais. Esse renascimento transcende a mera preservação de tradições, abrindo espaço para novas formas de sociabilidade e relações sociais distintas da urbanização clássica. A complexa e diversa realidade das áreas rurais, moldada por processos históricos e sociais singulares, exige uma revisão da dicotomia tradicional entre "rural" e "urbano". Essa mudança de perspectiva reconhece o potencial das áreas rurais como espaços de inovação e desenvolvimento, superando as narrativas tradicionais de declínio e estagnação. As novas ruralidades, em constante redefinição, oferecem novas oportunidades para a vida social, econômica e cultural, desafiando as concepções tradicionais do que significa ser "rural".

Ao adentrarmos no universo descrito por Silva (2001) como o "novo rural brasileiro" nos deparamos com uma realidade multifacetada onde os velhos e novos mitos sobre o rural coexistem e estão interligados. Silva (1997) sugere que a emergência do pluralismo reorganiza as estruturas familiares e produtivas, deslocando o centro da atividade agrícola para áreas mais amplas e diversificadas. Este cenário, caracterizado pela emergência de diferentes atores sociais e pela utilização de práticas econômicas, reflete o processo de

modernização em curso no campo, mas também o choque entre tradição e inovação.

Alentejano (2000) analisa os processos de transformação em andamento, com o intuito de identificar as mudanças no mundo rural brasileiro, mostrando que há controvérsias sobre o real significado de “novo rural”, com diferentes interpretações e perspectivas sobre o seu significado, isto é, a controvérsia em torno desse conceito gira em torno de seus fundamentos teóricos, motivações políticas e seu fracasso em abordar as complexidades e desigualdades dentro do contexto de desenvolvimento rural. Para o autor os conceitos de rural e urbano estão relacionados às dimensões econômicas, sociais e espaciais da relação dos atores sociais da terra.

2.1 - O que é o rural?

O conceito de "rural" vai além de uma mera demarcação geográfica, envolvendo dimensões sociais e culturais profundamente enraizadas. A definição apontada abaixo por Antônio Candido nos leva para um entendimento complexo e multifacetado do rural, onde as práticas, crenças e modos de vida dos habitantes do campo refletem uma longa história de adaptações e intercâmbios culturais. Analisar o rural brasileiro, portanto, implica reconhecer a riqueza dessas tradições e as transformações pelas quais passaram ao longo do tempo, integrando elementos indígenas, africanos e europeus em uma síntese única que caracteriza o universo do homem rural no Brasil.

Rural exprime sobretudo localização, enquanto ele pretende exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígine (Candido, 2001, p. 26).

Antônio Candido argumenta que o rural está além de ser somente uma localização geográfica, essa caracterização não capta adequadamente as nuances socioculturais desse contexto. A intenção do autor não é destacar apenas a localização, mas também as tradições e o estilo de vida das culturas

tradicionais do homem do campo no Brasil, enfatizando a necessidade de um termo que abranja essa complexidade que vai além da mera geografia, com o intuito de compreender, de maneira mais completa, as distintas características socioculturais dessas comunidades rurais no contexto brasileiro.

Ao apresentar um trabalho sobre a temática Carneiro (2008) propõe a utilização do termo localidade para substituir a dicotomia rural-urbano na análise dos espaços sociais. Para a autora essa mudança permite uma compreensão mais abrangente e flexível, considerando as nuances e particularidades de cada contexto, as práticas sociais que o moldam e os significados que as pessoas atribuem a elas. Através da "localidade", os pesquisadores podem transcender as limitações das classificações binárias e construir um conhecimento mais contextualizado dos espaços sociais, reconhecendo a riqueza e a diversidade das relações que se estabelecem em diferentes localidades.⁸

Segundo Souza e Klein (2019) o “rural” apresenta uma multiplicidade de definições que estão atreladas ao momento histórico e ao contexto social no qual se insere, influenciadas por distintas estruturas econômicas e socioespaciais de cada período. O debate sobre o tema se divide em duas vertentes: o estudo da sociedade rural em si e a análise da agricultura sob a perspectiva da sociologia rural e da economia agrária (Veiga, 2005, *apud* Souza e Klein, 2019).

A evolução do conceito de rural, segundo Kageyama (2008, p. 24) “reflete a própria evolução do rural, de espaço exclusivamente agrícola para um tecido econômico e social diversificado”. As áreas rurais, inicialmente considerados espaços puramente agrícolas, passaram a ser entendidas como ambientes econômico e socialmente diversos que incluem uma variedade de atividades e interações para além da agricultura. Estas mudanças refletem um alargamento da consciência e compreensão do que constitui um ambiente rural para além das suas características agrícolas tradicionais.

⁸ A utilização do termo “localidade” nesta pesquisa aprofunda a compreensão das transformações ocorridas, considerando as particularidades do lugar e as diversas perspectivas dos moradores. Permitindo identificar as dinâmicas locais que moldam as relações entre a comunidade, o meio ambiente e as atividades econômicas, como a agricultura e a indústria do carvão.

Conforme Ponte (2004) há várias perspectivas do conceito de rural o que acaba por gerar uma complexidade na sua definição evidenciando assim a complexidade subjacente. A autora ainda afirma que o conceito de rural passou por transformações e que é necessário repensar a sua definição para entender suas mudanças. Segundo a autora, as definições do rural vão além da mera localização espacial. A perspectiva econômica/setorial, por exemplo, associa o rural ao tipo de atividade da população, geralmente ligada à agropecuária. Já a perspectiva quantitativa utiliza critérios populacionais para delimitar o que é rural, como um número mínimo de habitantes por quilômetro quadrado.

No Brasil, a distinção entre áreas urbanas e rurais se baseia em critérios específicos estabelecidos pelo IBGE. A área urbana, segundo o instituto, abrange as cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) e áreas urbanas isoladas, independentemente do seu nível de urbanização. Já a área rural compreende todo o território que se encontra fora desses limites, incluindo aglomerados rurais com características urbanas, povoados, núcleos e outros tipos de aglomerações (IBGE, 2000).

Essa diferenciação vai além da mera localização geográfica, definindo também as características socioeconômicas e culturais de cada área. As áreas urbanas, em geral, concentram maior infraestrutura, serviços públicos, atividades industriais e comerciais, além de apresentarem uma população mais densa e com maior acesso à educação e saúde. Já as áreas rurais, por sua vez, são marcadas pela predominância de atividades agropecuárias, menor densidade populacional e menor acesso a infraestrutura e serviços públicos. É importante ressaltar que essa divisão não é rígida e pode apresentar nuances em diferentes regiões do país. Existem áreas rurais com características mais urbanas, assim como áreas urbanas com características rurais. Essa flexibilidade na classificação permite uma análise mais precisa da realidade brasileira, reconhecendo a diversidade presente no território nacional.

Além das definições acadêmicas sobre “Espaço Rural” há as definições oficiais que se utilizam de diferentes parâmetros de avaliação (normalmente de base estatística) objetivando ampliar a confiabilidade de censos e políticas públicas. (Gomes, 2013, p.81)

Essa diversidade de abordagens é ressaltada por (Gomes, 2013) indicando a necessidade de os países estabelecerem suas próprias definições, conforme sugerido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na falta de um consenso global governos e pesquisadores adotam uma variedade de critérios, ampliando assim essa divergência conceitual. Segundo o autor a ONU (2008) encoraja os países a desenvolverem suas próprias definições propondo, ainda, critérios específicos como a predominância de atividades agrícolas, densidade populacional e acesso a serviços urbanos, para diferenciar entre áreas urbanas e rurais. Podemos, dessa forma, destacar que a definição do termo “rural” é um desafio multifacetado, sendo moldado por diversas perspectivas. As contínuas mudanças nas estruturas socioeconômicas reconfiguram a identidade rural, tornando assim imperativo a adaptação de definições.

Tradicionalmente ligados ao meio rural, elementos como grandes propriedades agrícolas estão perdendo sua predominância para dar lugar a uma agricultura mais modernizada. Simultaneamente, a população rural, antes exclusivamente ligada às atividades agrícolas, passou a buscar fontes de renda nas proximidades urbanas. A definição do termo "rural" não é fixa, e a compreensão do contexto rural no Brasil ilustra claramente essa dinâmica em constante transformação. Aqui, observamos uma transição das atividades agrícolas tradicionais para uma diversificação econômica.

o mundo rural não pode mais ser definido somente por suas bases agrícolas, pois a diversidade, a pluriatividade e a multifuncionalidade são aspectos marcantes das transformações da agricultura e das áreas rurais a partir da segunda metade do século XX, passando a conformar o cenário rural da atualidade. (Souza; Klein, 2019)

A conceituação do termo “rural” se mostra uma tarefa desafiadora que está marcada por complexidades e diversidades de perspectivas ao longo da história. A caracterização da área rural transformou-se ao longo do tempo, acompanhando as mudanças nos modos de vida e nas estruturas socioeconômicas. Tal diversidade de abordagens adotadas por diferentes órgãos governamentais, instituições e pesquisadores encaminha à uma falta de consenso sobre o significado preciso do termo. Na concepção colonialista, o rural estava intrinsecamente ligado à agricultura, centrado na produção

agroexportadora, abrangendo atividades ligadas a essa prática. No geral, não há uniformidade nas metodologias usadas para definir as áreas rurais, com a maioria das definições referenciando a localização dos aglomerados urbanos em vez das características inerentes do espaço rural.

O desafio que se impõe consiste em acompanhar e interpretar as transformações de modo a reconhecer a demanda de definições flexíveis e adaptáveis que busquem capturar a complexidade do espaço rural em diferentes momentos e contextos históricos e socioeconômicos. Na próxima seção será explorado as transformações do espaço rural no Brasil, pois tais eventos ressaltam uma dinâmica intrínseca às definições de ruralidade nos mostrando a importância das adaptações para se compreender as nuances e peculiaridades desse cenário que está em constante processo de mutação.

2.2 - Transformações do espaço rural no Brasil

O mundo rural contemporâneo está imerso em um processo de transformação profunda, marcado pela modernização tecnológica e pela diversificação das atividades econômicas. Essas mudanças alteram as concepções tradicionais de rural, impondo novos desafios às comunidades rurais, como a conciliação entre desenvolvimento e preservação ambiental, a diversificação econômica e a manutenção da identidade cultural.

Em sua análise, Balsadi (2001) tenta nos mostrar as principais mudanças nas áreas rurais, destacando as suas influências na estrutura ocupacional da população e os desafios que essas mudanças apresentam para políticas de desenvolvimento sustentável. O autor observa que desde a década de 1960 que o cenário rural vem passando por transformações significativas, que se caracterizam principalmente pelo aumento das atividades não agrícolas da população rural, Conceição (2020) corrobora a afirmativa do autor ao dizer que:

No Brasil fazendo uma análise dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, infere-se que é relevante o crescimento da pluriatividade e de atividades não agrícolas no

espaço rural, em consequência declinam as atividades agrícolas. (Conceição, 2020, p. 109)

O meio rural brasileiro, ao longo do século XX, sofreu um complexo e multifacetado processo de transformação, desde a década de 1930 com a intensificação do êxodo rural, devido as condições precárias da vida no campo e atração de oportunidades que surgiam com a expansão dos centros urbanos (Castro, 2019)

O meio rural brasileiro passou por significativas transformações ao longo do século XX. O processo de êxodo rural, especialmente a partir da década de 1930, provocado, em um primeiro momento, pela busca das pessoas por oportunidades de trabalho e uma vida melhor nas cidades e intensificado em função das transformações tecnológicas ocorridas na atividade agrícola a partir da década de 1960, resultou em uma ampla transformação desse meio. (Castro, 2019, p. 49)

Embora a modernização da agricultura seja frequentemente apontada como a principal causa do "êxodo rural", o texto em questão nos convida a uma análise mais profunda. Segundo os autores, as raízes desse fenômeno se entrelaçam com o tempo, antecedendo em muito a década de 1930, marco inicial comumente utilizado por diversos estudiosos (Palmeira, 1989). Evidências dessa migração campo-cidade já se faziam presentes nos dados censitários e na percepção social da época, mesmo antes da intensificação da mecanização agrícola. Essa perspectiva nos permite compreender o êxodo rural como um processo mais complexo e multifacetado, influenciado por fatores que se estendem além das transformações no campo.

O êxodo rural, impulsionado por grandes transformações socioeconômicas, revelou um aspecto antes negligenciado do mundo rural: uma identidade própria, uma cosmovisão e uma capacidade crítica ímpar. Essa perspectiva rural, marginalizada pelas mudanças aceleradas, desafia o modelo capitalista, a modernização desenfreada e a desumanização crescente. Contra essa realidade, emerge uma voz crítica poderosa, oriunda do campo, que questiona as bases do desenvolvimento e exige uma sociedade mais justa e humanizada (Martins, 2001).

A introdução generalizada de novas tecnologias como maquinários e implementos agrícolas no final dos anos de 1950 e início dos 1960 foi

consequência do processo de globalização que envolve os processos de urbanização e industrialização, ou seja, para sustentar toda essa cadeia evolutiva, que a sociedade vinha e vem sofrendo, o crescimento de produtividade e trabalho no campo eram exigidos (Meyer *et al.* 1998).

Os estudos sobre o campo devem reconhecer, como marco histórico, que o processo de modernização das estruturas agrárias, que ganhou intensidade na década de 1960 – época na qual houve uma maior inclinação para utilização de insumos de fora da propriedade, levou a uma introdução desenfreada de novos métodos e tecnologias no campo, tais fatos se mostram como os principais elementos que desencadeiam as transformações no meio agrícola (Burin, 2008). O autor destaca que a modernização da agricultura, iniciada na segunda metade do século XX, impulsionou significativas transformações no espaço agrário brasileiro. A introdução de práticas capitalistas e técnicas agrícolas modernas moldou decisivamente esse espaço. Novas tecnologias, impulsionadas pela globalização, influenciaram os sistemas de produção e organização das atividades agrícolas, levando à redução da mão de obra no campo, migração rural-urbana e alterações na força de trabalho do setor.

O panorama rural brasileiro se encontra em um momento de intensas e complexas transformações. Para compreender e abordar essas mudanças de forma abrangente, é necessário ir além da ótica econômica tradicional e adotar uma perspectiva holística. Essa visão holística nos permite considerar as diversas dimensões que impactam e moldam o campo, incluindo seus aspectos sociais, ambientais e culturais. Nas próximas seções, será explorado temas como a multiplicidade e a pluriatividade que caracterizam o novo rural brasileiro, buscando entender como esses elementos se entrelaçam e contribuem para a dinâmica desse espaço em constante mutação.

2.2.1 – Cenários do campo: desbravando o novo rural brasileiro

O mundo rural e o mundo urbano estão interligados de forma complexa, e as dinâmicas de cada um influenciam o outro. Fatores históricos, como o modelo de colonização, contribuíram para as desigualdades e desafios enfrentados pelo campo brasileiro, mas não são a única explicação para o atraso

e a violência nessa área. Tais fatores levaram a uma emergência de um novo rural composto tanto pelo *agrobusiness* quanto por novos sujeitos sociais, dentre eles: 1) neo-rurais; 2) os moradores de condomínios rurais; 3) loteamentos clandestinos; 4) agricultores familiares; 5) empregados agrícolas e não-agrícolas, e; 6) sem-sem – uma categoria que não tem terra, emprego, casa, educação, saúde e não estão engajados no MST (Graziano da Silva, 2001).

O autor ainda complementa que a família rural típica não está mais reunida em torno da exploração agropecuária, ou seja, o centro das suas atividades não é o mais o agrícola e sim pluriativa⁹ ou não-agrícola e que, mesmo assim, essas famílias continuam residindo no campo. Para (Graziano da Silva, 1997) em “O novo rural brasileiro” o fenômeno da pluriatividade seria identificado por ele como o “novo rural”. Para o autor o aparecimento de famílias pluriativas configura o novo rural.

A partir de meados da década de 1980 tem-se o início de uma nova configuração do meio rural brasileiro, esse “novo rural” é composto basicamente por três grupos de atividades sendo o primeiro deles uma agropecuária moderna que está baseada em uma economia de commodities e intimamente ligada às agroindústrias; o segundo grupo é o conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, lazer e a variadas atividades industriais e/ou de prestação de serviços; e por fim o terceiro grupo que é o conjunto de novas atividades agropecuárias que foram impulsionadas pela modernização e surgimento de novos nichos de mercado (Graziano da Silva; Grossi; Campanhola, 2002).

Cabe ressaltar aqui, segundo os autores, que muitas dessas novas atividades são antigas (seculares), mas que antes não tinham nenhuma importância econômica. A novidade, aqui, está ligada ao fato como essas atividades foram, de certo modo, recriadas levando em consideração as demandas e diferenças de nichos e mercados tradicionais dessas mesmas atividades.

Alentejano (2000) diz que há uma controvérsia sobre o real significado deste “novo” rural. O autor ao fazer uma análise do documento ‘Agricultura

⁹ Será mais bem explanado no próximo tópico.

Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Social para um novo mundo rural' de autoria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (1999) nos diz que há uma diversidade de influências teóricas que não apresentam coerência entre as teorias apresentadas, desta forma, o documento apresenta uma certa contradição entre as conjecturas que são expressadas e ainda indica um caráter excludente, pois as ações de modernização da agricultura familiar exclui a maioria dos agricultores familiares.

A modernização da agricultura brasileira foi desigual no sentido de não privilegiar todos os tipos de agricultores existentes, marginalizando, por vezes, alguns segmentos de produtores pela falta de acesso ao crédito, à assistência técnica etc. Dessa forma, a modernização da agricultura brasileira é, para Graziano da Silva, um processo que, ao mesmo tempo em que atrela a agricultura do país a uma indústria desenvolvida e ao comércio internacional, exclui grande parte dos produtores que, segundo o autor, "perderam o bonde". (Mielitz Netto; Melo; Maia, 2010)

Um dos problemas centrais na questão de modernizar a pequena propriedade está no fato de haver resistência e pouca adaptabilidade aos novos métodos que estão sendo introduzidos, os pequenos produtores não possuíam (até então) uma visão crítica ou capacidade para melhor empregar a tecnologia que estava chegando seja por falta de conhecimento ou por uma simples questão de desinteresse (Mendes; Ichikawa, 2010 e Carvalho, 1992) mas deve-se salientar que a forma como foram introduzidas tais mudanças no campo não levaram em consideração os pequenos produtores rurais e o conhecimento que eles tinham, dessa forma houve uma certa resistência em relação a essas inovações pois, a priori, não aconteceu a devida instrução ao homem do campo.

Com uma economia capitalista voltada para as grandes produções, alguns moradores do espaço rural não conseguiram acompanhar o progresso da agricultura, esses agricultores não tiveram como seguir com os pacotes tecnológicos e outros perderam suas funções, pois as máquinas os substituíram, assim a renda agrícola diminuiu, sendo cada vez menor, o refúgio para os moradores rurais é buscar outros meios de sobrevivência para fixação no campo, assim muitos vão à procura de empregos não agrícolas, com isso se eleva a renda e minimiza o êxodo rural. (Conceição, 2020, p. 3)

A autora analisa os desafios e alternativas para a sobrevivência no campo em um contexto de economia capitalista focada na alta produtividade, destacando que a modernização da agricultura marginalizou pequenos

agricultores, que, impossibilitados de acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas e presenciando a substituição da mão de obra por máquinas, sofreram com a drástica diminuição da renda. Essa realidade impulsionou a busca por alternativas de renda no campo, como atividades não agrícolas, diversificação da produção, novas tecnologias e agroturismo. Apesar dos desafios, a resiliência da população rural se traduz na busca por alternativas que permitam a permanência no campo e a construção de um futuro mais próspero.

Já Graziano da Silva (1997) destaca a existência de uma nova dinâmica no campo brasileiro, caracterizada pela proliferação de atividades não-agrícolas no meio rural. Essa realidade configura um "novo rural", que transcende a tradicional associação do rural à atividade agrícola. O autor também aponta para o processo de modernização da agricultura patronal e familiar, especialmente a integrada, que, em virtude da alta tecnificação e integração em cadeias financeiras e informacionais, também não se encaixa mais na classificação tradicional de rural.

Para Alentejano (2000) as considerações de José Graziano da Silva apresentam três problemas básicos: 1) obscurecem as discrepâncias presentes no próprio processo de modernização, de modo a não reconhecer as particularidades e conflitos que são inerentes a esse processo; 2) há atribuição da racionalidade comum à diferentes estratégias que estão por trás de práticas idênticas, e; 3) ao não identificar as continuidades históricas acabam por atribuir caráter de novidade à processos antigos e atuais.

Para o autor é exagerado o entendimento de que o mundo rural brasileiro passa por um processo de transformação radical, existem sim transformações significantes, mas atribuir-lhes o sentido de novidade absoluta não corresponde exatamente à realidade. Desse modo, embora ainda não haja uma transformação radical do campo há importantes elementos que indicam a possibilidade de constituição de um novo modelo de desenvolvimento do rural brasileiro, onde processos como a valorização da agricultura familiar, o avanço da pluriatividade, a disseminação de novas práticas ambientalmente sustentáveis e a constituição de um novo setor reformado são destaques para tal processo de transformação.

2.2.2 - Multifuncionalidade e pluriatividade

Partindo de uma compreensão contemporânea sobre o mundo rural deve-se reconhecer que ele não pode mais ser definido exclusivamente por suas bases agrícolas. Os espaços rurais são dinâmicos e multifacetados, nos quais podemos encontrar uma diversidade de atividades econômicas, a pluriatividade das famílias rurais e a multifuncionalidade do ambiente que desempenham papéis importantes na conformação do cenário rural atual (Souza; Klein, 2019).

De acordo com os autores, a pluriatividade é a diversificação das atividades realizadas dentro e fora das explorações agrícolas, que envolvem um ou mais membros da família, com o objetivo de estabelecer um modelo que equilibre adequadamente os aspectos rural e urbano da vida. Pode-se citar como exemplo um agricultor que também trabalha em um negócio relacionado ao turismo rural e/ou oferece serviços de consultoria. A pluriatividade pode ser caracterizada a partir de três eixos principais, são eles: 1) estruturas familiares; 2) estrutura de orientação da exploração agrícola, e; 3) mercado de trabalho e oportunidades de atividades locais.

Carneiro (2009, p. 168) “o termo ‘pluriatividade’ vem sendo recorrentemente utilizado por estudiosos das condições de produção agrícola com base no trabalho familiar”, no Brasil, o tema foi introduzido nos anos 1990 por meio de debates acadêmicos, com estudos focados na análise das estratégias de reprodução social da agricultura familiar.

Segundo a autora o debate sobre a pluriatividade integra um outro debate, com o qual muitas vezes pode ser confundido, sobre o significado das atividades não-agrícolas no meio rural. E desse modo pode ser reconhecida duas vertentes, são elas:

1. A primeira descreve as mudanças rurais resultantes da diversificação da atividade econômica, podendo até mesmo superar a atividade agrícola em algumas partes do Brasil no longo prazo, e;

2. A segunda vertente defende que tais práticas não são estranhas à dinâmica da reprodução social agrícola e até ajudam a manter, em vez de ameaçar, as famílias e suas práticas agrícolas. A pluriatividade aqui não é vista como algo temporário, mas também não pode ser generalizada a toda e qualquer situação.

A multifuncionalidade rural surge nas décadas de 1960 e 1970 devido as transformações ocorridas com a Revolução Verde, que articulou um novo modelo para a produção agrícola. Mas as discussões sobre o tema são relativamente recentes, sendo discutida primeiramente na década de 1990 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, ECO 92, que a priori buscava a harmonia entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Desse modo foi pensada em uma multifuncionalidade voltada para a agricultura em que há uma boa relação entre a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável (Conceição, 2020).

Em sua obra, Maluf (2002) propõe uma visão abrangente da agricultura, transcendendo a mera produção de bens privados. O autor defende o conceito de multifuncionalidade, reconhecendo as diversas funções que a atividade agrícola exerce para além da geração de alimentos e fibras. Nessa perspectiva, a agricultura assume um papel crucial na preservação do meio ambiente, na manutenção da coesão social no campo e na preservação da cultura local. Para tanto é destacado o papel fundamental do Estado na garantia da sustentabilidade das pequenas propriedades familiares. O autor argumenta que o Estado deve intervir ativamente, por meio de políticas públicas direcionadas, para garantir a viabilidade da agricultura familiar e a produção dos bens públicos associados à multifuncionalidade.

Pode-se dizer que a multifuncionalidade destaca a ideia de que as áreas rurais desempenham múltiplos papéis na sociedade além da produção de alimentos. Esses espaços rurais podem servir como locais de conservação ambiental, fornecedores de recursos naturais, paisagens naturais e espaços para recreação e lazer. Camargo e Oliveira (2012) propõem uma visão ampliada da agricultura no contexto da nova ruralidade, defendendo a ideia da multifuncionalidade. Segundo os autores, a agricultura transcende sua função

primária de produção de alimentos, assumindo um papel crucial na preservação de bens imateriais como paisagens, ambientes naturais e tradições culturais. Essa perspectiva reconhece o papel vital dos agricultores na gestão do território rural, na manutenção da biodiversidade e na promoção do desenvolvimento sustentável. A multifuncionalidade da agricultura contribui para a valorização das áreas rurais, combatendo o êxodo rural e fortalecendo as comunidades locais.

Ainda, segundo os autores, a agricultura molda a paisagem rural por meio de fatores como diversidade de culturas, preservação de recursos naturais e arranjo espacial das propriedades, impactando o meio ambiente e a sustentabilidade. Existem diferentes percepções dos espaços rurais e das ruralidades, influenciadas por experiências individuais e visões sociais, enfatizando a natureza dinâmica das áreas rurais e os papéis multifacetados da agricultura dentro delas.

Segundo Soares (2000-2001) a multifuncionalidade rural pode ser classificada em quatro funções, sendo elas: 1ª) Função alimentar - ao contrário das explorações agrícolas de grande escala que praticam a monocultura, os pequenos agricultores que praticam a policultura geralmente contribuem para a segurança alimentar; 2ª) Função Ambiental – conservação e preservação de recursos naturais; 3ª) Função econômica – geração de emprego e renda no campo, e; 4ª) Função social – facilitação de acesso à terra com o intuito de diminuir as disparidades sociais (Conceição, 2020).

De acordo as suas funções, a multifuncionalidade, no contexto do desenvolvimento do espaço rural, se refere à ideia de que as áreas rurais têm uma variedade de funções além da produção agrícola. As políticas públicas que objetivam promovê-la reconhecem e apoiam essas diversas funções, no Brasil tais políticas devem fortalecer as áreas rurais e apoiar a agricultura familiar, reconhecendo ao mesmo tempo a importância da cultura, do meio ambiente e das práticas sustentáveis. Isso significa investimentos em infraestrutura, acesso ao crédito, apoio técnico, educação rural e promoção de práticas agroecológicas para reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento sustentável, beneficiando os agricultores e conservando os recursos naturais.

O debate sobre a multifuncionalidade deve ser pautado principalmente por políticas que possam fortalecer a agricultura, fomentar o meio rural, e dar empoderamento aos atores sociais ali inseridos e que dependem, de forma geral, dos meios que possam angariar emprego e renda para uma vida digna no espaço rural. (Conceição, 2020)

Segundo a autora as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural devem ter como norte o bem-estar e o empoderamento das comunidades, reconhecendo suas características únicas e a interdependência com o meio ambiente. Essa visão holística exige a superação de soluções padronizadas e a adoção de políticas contextualizadas às realidades e necessidades específicas de cada comunidade, promovendo a autonomia local e a gestão sustentável dos recursos naturais.

Ferreira (*et al.*, 2007) mergulha na temática da resistência e do empoderamento dos agricultores familiares no contexto rural, traçando um panorama de suas lutas por autonomia e desenvolvimento sustentável. Enfatiza-se a multiplicidade de estratégias de resistência empregadas por esses agricultores, incluindo a criação de sindicatos e a adoção de práticas agrícolas alternativas, como mecanismos para contestar modelos hegemônicos e reafirmar sua identidade como agentes sociais indispensáveis. Através dessas lutas, os agricultores familiares constroem alternativas ao que lhes é imposto, reivindicando seu protagonismo na construção de um futuro rural mais justo e sustentável.

Segundo os autores os modelos hegemônicos se configuram como as estruturas e normas sociais dominantes que moldam a distribuição desigual da terra e dos meios de produção no campo, relegando os agricultores familiares à margem do sistema agroalimentar. Essa hegemonia se manifesta, entre outros aspectos, na forma de sindicatos agrícolas centralizados e pouco participativos, que restringem o engajamento proativo dos agricultores nos processos decisórios e limitam sua capacidade de contestar as dinâmicas de poder vigentes. Como consequência, os agricultores familiares se veem privados de voz e autonomia, submetidos a um sistema que os exclui e marginaliza.

Levando em consideração o contexto da agricultura familiar, Moraes (2023) discute os conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, de modo a

destacar suas convergências e divergências. O autor diz que ambos os conceitos objetivam reconhecer e discutir modelos e estratégias que aumentam o valor dos agricultores familiares no desenvolvimento rural, argumentando que a pluriatividade é influenciada pelas mudanças nas áreas urbanas e rurais e que a multifuncionalidade é o resultado das novas conexões que surgem entre a agricultura e a sociedade.

Sakamoto, Nascimento e Maia (2016) exploram os fatores que influenciam a diversificação de renda nas famílias rurais do Brasil, além dos impactos dessas atividades não agrícolas em sua renda total. O estudo dos autores revela que a propensão a buscar atividades fora da agricultura depende tanto de características da família (como presença de filhos adultos ou escolaridade do responsável) quanto de fatores externos (como proximidade com centros urbanos ou região geográfica). Apesar das melhorias na renda e no emprego agrícola na década de 2000, observa-se um declínio constante das famílias exclusivamente agrícolas no Brasil. Isso se deve, em parte, à maior renda das famílias que já combinam atividades agrícolas com outras fontes de renda, intensificando as disparidades de renda no campo.

2.3 - Policultura *versus* monocultura

Ao falar das transformações do espaço rural brasileiro, é imperativo que consideremos a influência de dois diferentes modelos agrícolas: a) A monocultura, que se concentra em uma única cultura, muitas vezes intensiva em uso de produtos químicos e que está vinculada a impactos ambientais adversos, e; b) A policultura que representa uma estratégia mais alinhada com os princípios da sustentabilidade.

A policultura se caracteriza pelo cultivo de múltiplas espécies em uma mesma área de terra, promovendo a diversificação das plantações de modo a trazer inúmeros benefícios para o solo, como o aumento da biodiversidade, a redução do risco de perdas devido a pragas e doenças e a melhoria da saúde do solo. Segundo Figueroa *et al* (2019) citando Liebman (1997) e Mazoier (1993) a policultura é um sistema agrícola antigo que visa promover a diversidade de

culturas em uma mesma área, com o intuito de otimizar o espaço produtivo gerando mínimos impactos na biodiversidade local de modo a se adequar ao clima e aos interesses do agricultor. Esse sistema se destaca como uma prática sustentável que pode contribuir para a preservação do meio ambiente e para o aumento da resiliência dos sistemas agrícolas às mudanças climáticas.

Já a monocultura “é o cultivo de uma única espécie agrícola em determinada área ou região, ocorrendo, com maior intensidade, nas grandes propriedades rurais” (Zimmermann, 2009, p 81). De acordo a autora esse modelo de produção em larga escala gera desequilíbrios ambientais devido ao desgaste do solo, empobrecimento nutricional, uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos. A disseminação global da monocultura é impulsionada pela busca de máxima produtividade a um curto prazo. A Revolução Verde foi um importante fator que impulsionou essa prática agrícola e que representou, segundo Silva (2011) a apropriação da agricultura pela indústria. Tal modelo favorece a produção em série, padronização e homogeneização, sendo que esse sistema é gerido por empresários/gestores, de modo a promover a competitividade individual em detrimento da lógica comunitária e da diversidade.

A modernização agrícola expropriou pequenos produtores e introduziu uma cultura empresarial na produção, aumentando desigualdades na distribuição de terras. Esse processo, essencialmente capitalista, intensificou a concentração fundiária em países subdesenvolvidos. Desigualdades na modernização agrícola excluíram agricultores de recursos como crédito e assistência técnica, resultando em concentração de riqueza e miséria, apesar do aumento da produtividade e exploração do trabalho (Lazzari; Souza, 2017 e Mielitz Netto; Melo; Maia, 2010).

Na Comunidade de Jenipapinho localizada em Catuji – MG, há a presença da monocultura de eucalipto para abastecimento das carvoarias da região, representando uma mudança significativa no uso da terra e nas atividades econômicas da comunidade. Tal fato está inserido em um contexto mais amplo de transformações no meio rural, que envolve a modernização da agricultura, a diversificação das atividades econômicas e a busca por novas fontes de renda. No entanto, essa transformação também traz consigo desafios

e impactos socioambientais que precisam ser cuidadosamente analisados e mitigados.

Segundo Silva (2011) em Minas Gerais houve um aumento significativo da monocultura de eucalipto, erroneamente chamado de reflorestamento, com o objetivo de suprir a demanda da siderurgia do estado. No texto, o autor explora o desenvolvimento histórico das atividades humanas, abordando temas como agricultura, extrativismo e pecuária. Ele destaca o impacto negativo das monoculturas na diversidade e a necessidade de adotar a diversidade como princípio de ação e pensamento. Além disso o autor conclui que o domínio do agronegócio gera conflitos, especialmente relacionados à propriedade da terra e aos interesses dos poderosos complexos de produção.

A modernização da agricultura, em sua forma tradicional, muitas vezes privilegia a monocultura e a intensificação da produção, impulsionadas pelo agronegócio. Essa lógica, embora gere aumento na produtividade, gera impactos negativos como a perda da biodiversidade, o empobrecimento do solo, a contaminação por agrotóxicos e a intensificação dos conflitos pela terra. Tendo em vista o papel significativo da modernização do campo nas transformações do espaço rural em termos sociais, econômicos e ambientais, no próximo tópico será abordado o conceito de modernização conservadora. Este tema explora como certas mudanças no espaço rural, embora promovam certos avanços econômicos e tecnológicos, podem perpetuar desigualdades sociais e impactos ambientais negativos.

2.3.1 – Modernização conservadora

A modernização conservadora descreve um tipo específico de processo de modernização social, econômica e política que ocorreu em alguns países em determinados períodos históricos. Segundo Pires e Ramos (2009) esse termo foi introduzido inicialmente por como uma forma de analisar as revoluções burguesas na Alemanha e no Japão, que não seguiram o padrão das revoluções da Inglaterra, França e Estados Unidos.

Segundo Martine (1991), no campo, a partir de 1965, ocorreram diversos eventos com o objetivo de modernizar a produção agrícola, incluindo a consolidação do parque industrial, a implementação de um modelo de desenvolvimento para modernização conservadora, o período de crescimento econômico chamado de "milagre econômico", a expansão do crédito rural subsidiado, a adoção internacional do pacote tecnológico da Revolução Verde e o aumento dos preços internacionais dos produtos agrícolas, entre outros.

A modernização consiste na incorporação das atividades agrárias aos atuais padrões industriais, comerciais e financeiros e aos padrões urbanos de vida. As transformações do modo rural predominantemente tradicional em moderno colocaram as forças agrárias em relação com mercados fortemente oligopolizados e administrados, o que redefiniu em boa medida os mercados competitivos vigentes no padrão agrário. Some-se a isso a competição, com outras forças sociais modernas da sociedade nacional, pelos fundos públicos, o que implica o acesso aos canais institucionais e centros de decisão. (Müller, 1988, p. 168)

Podemos dizer então que a modernização da agricultura implica em integrar as atividades agrárias aos padrões industriais, comerciais e financeiros urbanos, transformando as práticas tradicionais em modernas envolvendo as forças agrárias com os mercados oligopolizados de modo a resultar em uma redefinição dos padrões competitivos no setor agrícola. Essa modernização não se limita somente à esfera econômica, pois ela também afeta as relações sociais no campo. O modo de vida rural é desafiado pelo modo urbano, resultando em uma influência da cidade sobre o campo e na eliminação da antiga distinção entre o rural e o urbano.

Muller (1988) destaca em seu trabalho a transformação da agricultura de uma indústria que se baseava no trabalho e na terra para uma indústria intensiva, com uma maior dependência de insumos e serviços industriais. Tal integração da agricultura com os setores industrial e comercial cria um sistema agroindustrial complexo impactando a dinâmica social das áreas rurais, relações tradicionais são desafiadas e há a introdução de novos modos de organização da vida social e econômica.

Voltando para o contexto nacional, de acordo com Pires e Ramos, (2009), esse processo de modernização conservadora na agropecuária se manifestou ao

incentivar os produtores rurais a demandarem produtos industriais e a se integrarem às cadeias produtivas dos complexos agroindustriais. Proporcionando condições para reprodução ampliada do capital desses produtores, de modo a permiti-lhes permanecer nos mercados agropecuários. No Brasil a modernização conservadora impulsionou o avanço das economias capitalistas mantendo a força dos proprietários rurais e criando obstáculos ao acesso democrático das demais classes sociais ao mercado de terras.

Domingues (2002) então diz que no Brasil a modernização conservadora refere-se ao conceito de que os processos de modernização são realizados dentro de uma estrutura que mantém estruturas sociais e políticas conservadoras envolvendo a implementação de políticas e práticas de modernização, mantendo ao mesmo tempo as estruturas tradicionais de poder e as hierarquias sociais.

Pode-se dizer que, de modo geral, esse termo se refere a um processo de mudança que ocorre dentro de uma estrutura política e social existente, mas que mantém certas estruturas e características do antigo regime incorporando elementos modernizadores. Delgado (1985) nos diz que a alteração na base técnica da agricultura bem como a sua articulação com outros meios levou a formação do chamado Complexo Agroindustrial (CAIs) que Graziano da Silva (1987) chama de industrialização da agricultura.

No Livro “A nova dinâmica da agricultura brasileira” (Graziano da Silva, 1998), apresenta a trajetória da industrialização da agricultura no Brasil desde a formação dos primeiros CAIs nas décadas de 1960 e 1970 até a sua consolidação nas décadas seguintes. Tais complexos se caracterizam, segundo o autor, pela sua integração vertical e horizontal de diferentes elos da cadeia produtiva. Essa integração, impulsionada por fortes investimentos públicos e privados, resultou em um aumento expressivo da produtividade agrícola brasileira.

A modernização conservadora na agricultura brasileira se caracterizou por um processo de transformação profunda, impulsionado por fatores socioeconômicos e políticos específicos. Essa modernização, iniciada na década de 1960, não se limitou apenas à esfera técnica e produtiva, mas também

impactou significativamente as relações sociais no campo e a estrutura fundiária do país. Como mencionado anteriormente por Meyer e Silva (1998) a década de 1950 e início da década de 1960 presenciaram uma profunda transformação no campo: a introdução em massa de novas tecnologias, como maquinários e implementos agrícolas. Essa revolução tecnológica não foi um evento isolado, mas sim a consequência de um processo histórico complexo, impulsionado por fatores interligados: a globalização, a urbanização e a industrialização.

Em um mundo cada vez mais interconectado, a globalização exigiu um aumento da produtividade agrícola para atender à crescente demanda por alimentos. Já a urbanização, concentrando a população nas cidades, reduziu a mão de obra disponível no campo. Diante desse cenário, a industrialização forneceu as ferramentas necessárias para a modernização da agricultura, com a criação de maquinários e implementos que permitiam maior eficiência e produtividade.

A modernização da agricultura, com a intensificação da mecanização, provocou transformações profundas nas práticas agrícolas tradicionais, exigindo dos trabalhadores rurais novas competências e levando à migração para as áreas urbanas em busca de oportunidades. Essa migração impactou profundamente as comunidades rurais, alterando a dinâmica social e cultural do campo. É importante ressaltar que a modernização da agricultura não foi um processo homogêneo, com impactos variando de acordo com a região, o tipo de cultura e o acesso à tecnologia. Em alguns casos, a modernização levou ao aumento da produtividade e da renda dos agricultores. Em outros, exacerbou as desigualdades sociais, concentrando renda nas mãos de grandes proprietários de terra e marginalizando pequenos agricultores.

Onde a modernização rural forçada fracassou, como ocorre em amplas regiões e situações desta América Latina, da Ásia e da África, as velhas estruturas sociais foram desmanteladas, as instituições corroídas, as comunidades desorganizadas, os costumes desmoralizados e a população degradada. Foi ela lançada impiedosamente na cloaca da civilização e do desenvolvimento e da modernização excludentes que beneficiaram apenas parte da sociedade, privando do benefício milhões de vítimas inocentes. (Martins, p. 34, 2001)

Segundo Martins (2001) a modernização acelerada nas zonas rurais, impulsionada por forças externas, rompeu com os modos de vida tradicionais, gerando um ritmo de mudança social e econômica prejudicial ao bem-estar da população. Essa rápida transformação, em vez de resolver as questões sociais, as intensificou, deixando as comunidades rurais em situação de vulnerabilidade. O sistema atual, incapaz de fornecer soluções para os problemas criados por essa modernização forçada, coloca as populações rurais em um limbo, impedindo-as de prosperar ou se adaptar às novas condições.

O autor ainda complementa dizendo que desde a década de 70, a modernização abrupta do campo e o desenvolvimento econômico desigual e excludente vêm revelando os efeitos nefastos do modelo vigente: o contra desenvolvimento social. Este processo gerou formas perversas de miséria antes inimagináveis em diversas regiões do mundo. As favelas e cortiços da América Latina e outros lugares representam enclaves rurais dentro do mundo urbano, transições abruptas e modos de vida desumanos, onde a sobrevivência se sobrepõe à vida digna. O mundo rural também é vítima, relegado a um mero resquício da modernização forçada e acelerada, que impôs às populações do campo um ritmo de transformações sociais e econômicas geradoras de problemas que o próprio sistema não consegue solucionar.

2.4 - Reflexões

O mundo rural, outrora um universo relativamente estável e homogêneo, encontra-se em constante transformação, imerso em um processo complexo e multifacetado que redefine profundamente o modo de vida das populações e o próprio conceito de "rural". Essa metamorfose, impulsionada por diversas forças interligadas, apresenta nuances e desafios que exigem uma análise aprofundada. Assim, as transformações sociais e culturais também marcam a nova realidade do campo. O êxodo rural, motivado por fatores como a busca por melhores oportunidades de educação e trabalho, levou ao declínio populacional em algumas áreas, enquanto o crescimento de cidades médias no interior reconfigura o mapa rural.

No contexto das transformações do espaço rural brasileiro, dois modelos agrícolas distintos se destacam: a monocultura e a policultura. A monocultura, caracterizada pelo cultivo em larga escala de uma única espécie, prioriza a produtividade imediata, mas gera impactos ambientais negativos como o desgaste do solo, a perda de biodiversidade e a contaminação por agrotóxicos. Em contrapartida, a policultura, com o cultivo diversificado de várias espécies, promove a saúde do solo, a resiliência climática e a preservação da biodiversidade.

A modernização da agricultura, marcada pela Revolução Verde, priorizou a monocultura e a produção em larga escala, em detrimento da agricultura familiar e da diversidade de cultivos. Esse modelo, gerenciado por grandes empresas, intensificou a concentração fundiária e a exclusão de pequenos produtores, aprofundando as desigualdades sociais. Esse marco histórico, intensificou a mecanização e o uso de insumos químicos, impactando significativamente a agricultura e o modo de vida rural. Apesar dos avanços tecnológicos, a modernização do campo pode perpetuar desigualdades sociais e impactos ambientais negativos. Essa abordagem, “moderna e conservadora”, prioriza o lucro em detrimento da sustentabilidade e da diversidade, de modo a gerar desafios para o desenvolvimento rural equilibrado.

A modernização conservadora na agricultura brasileira se caracterizou por um processo de intensificação da produção agrícola através da incorporação de técnicas modernas, como mecanização, uso de insumos químicos e sementes modificadas geneticamente, sem alterar significativamente as estruturas fundiárias e sociais do campo. Essa modernização, impulsionada por políticas públicas e privadas, resultou em um aumento expressivo da produtividade agrícola, mas também gerou diversos impactos negativos tais como a concentração de terras¹⁰ e renda nas mãos de grandes produtores, a

¹⁰ Prado Jr. (2014) já havia alertado que a propriedade rural brasileira, com raras exceções em regiões do Espírito Santo e dos estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), se caracteriza por uma extrema concentração.

Esse fenômeno da concentração fundiária tem profundas implicações socioeconômicas, refletindo-se nas dinâmicas de poder e nas desigualdades sociais e econômicas presentes no campo brasileiro. A concentração de terras resulta em um cenário onde grandes latifundiários detêm vastas extensões de terras, enquanto pequenos agricultores e comunidades tradicionais possuem parcelas significativamente menores ou, muitas vezes, são privados de acesso à terra.

degradação ambiental pelo uso intensivo de químicos, o êxodo rural e a precarização do trabalho, além da perda da cultura e identidade rural.

A Comunidade Rural de Jenipapinho, em Catuji (MG), é um caso emblemático das transformações do meio rural atual. A predominância da monocultura de eucalipto, destinada a abastecer carvoarias instaladas na própria comunidade, causa danos significativos à biodiversidade da Mata Atlântica, contribuindo para as mudanças climáticas. Além disso, a emissão de gases poluentes pelas carvoarias compromete a qualidade do ar e a saúde da população. Os trabalhadores dessas unidades produtivas enfrentam jornadas exaustivas, baixos salários e riscos à saúde, caracterizando um cenário de precarização laboral.

Diante dos desafios, surge a necessidade de repensar o desenvolvimento rural. Abordagens holísticas e sustentáveis são essenciais para garantir um futuro mais justo e equilibrado para o campo. Tais abordagens devem considerar: 1) Aspectos econômicos – valorização da agricultura familiar, diversificação da produção e geração de renda digna para os trabalhadores rurais; 2) Impactos ambientais – preservação de recursos naturais, adoção de práticas agrícolas sustentáveis e combate às mudanças climáticas, e; 3) Qualidade de vida - acesso à educação, saúde, infraestrutura e serviços básicos para as populações rurais.

Essa desigualdade impacta diretamente a produção agrícola, o acesso a recursos naturais e a sustentabilidade das práticas agrícolas adotadas. Além disso, a concentração fundiária tem consequências sobre a qualidade de vida das populações rurais, limitando oportunidades de desenvolvimento econômico e social. Pequenos produtores enfrentam desafios adicionais, como a falta de acesso a crédito, assistência técnica e mercados para comercialização de seus produtos, perpetuando um ciclo de pobreza e marginalização.

CAPÍTULO 3 – VOZES DO CAMPO: NARRATIVAS DE MUDANÇA EM JENIPAPINHO

Este capítulo analisa as dinâmicas sociais e econômicas da Comunidade Rural de Jenipapinho, no município de Catuji - MG, com destaque para as transformações que têm moldado a paisagem rural e o modo de vida local. Fatores como a intensificação da agricultura, a expansão urbana e os efeitos das mudanças climáticas emergem como determinantes na configuração da realidade da comunidade, levantando desafios e promovendo adaptações ao longo do tempo.

Para compreender essas transformações, foram realizadas entrevistas com moradores locais, consideradas como uma técnica de pesquisa qualitativa fundamental (Gil, 1999). Essa metodologia permitiu a coleta de informações detalhadas e diversificadas, possibilitando uma análise aprofundada das percepções e experiências dos residentes. Como apontado por Rosa e Arnoldi (2006, apud Brito Junior e Feres Júnior, 2011), as entrevistas promovem uma interação direta e flexível entre pesquisador e entrevistado, permitindo ajustes no roteiro conforme necessário e proporcionando uma riqueza informativa intensiva, holística e contextualizada.

As entrevistas não apenas facilitaram a obtenção de dados significativos sobre as transformações na comunidade, mas também criaram um ambiente onde os participantes se sentiram à vontade para compartilhar suas vivências e opiniões, captando nuances que outros métodos podem não alcançar. A flexibilidade dessa técnica foi indispensável, conforme Gil (1999), garantindo que os dados coletados fossem pertinentes e adaptados às necessidades específicas da investigação.

Além disso, o capítulo destaca elementos culturais que permeiam o cotidiano da comunidade, como o costume de pedir a “benção” aos mais velhos ao entrar em suas casas. Este gesto tradicional reflete valores de respeito e reverência, conectando os moradores às suas raízes culturais e mantendo vivos os laços que moldam a identidade da comunidade, mesmo diante das mudanças.

Dessa forma, a integração de perspectivas qualitativas e elementos culturais permite uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais e econômicas da região. A coleta de dados, aliada a uma interação próxima com os entrevistados, oferece uma base sólida para avançar na análise detalhada das transformações socioambientais em áreas rurais brasileiras, enriquecendo os resultados e contribuindo para uma investigação robusta e contextualizada.

3.1 – Impactos socioambientais da monocultura de eucalipto

A narrativa de Sebastião Ferreira da Silva (entrevistado nº1) introduz as dinâmicas socioambientais da região, ressaltando a importância da agricultura familiar, as alterações no uso da terra e os efeitos da expansão do monocultivo de eucalipto. Sua trajetória ilustra as transformações ocorridas em Jenipapinho, desde a redução da mata nativa e a escassez hídrica até a proeminência do eucalipto e a chegada da eletricidade. Sebastião relembra a abundância de recursos naturais em sua juventude, contrastando com a situação atual de perda e transformação.

"Quando eu era mais novo, a gente tinha muita mata, muita água. Hoje em dia, não tem mais nada disso. A gente plantava de tudo, criava galinha, tinha uma vida mais simples, mas mais saudável. Agora, tudo mudou", relata Sebastião. Esta percepção de perda e transformação é comum entre os habitantes de comunidades rurais que passaram por processos de modernização e desenvolvimento.

A introdução da eletricidade, apesar de melhorar a qualidade de vida, coincidiu com a intensificação do uso de agrotóxicos e a expansão das monoculturas, contribuindo para a degradação ambiental. *"Aquele cheiro de fumaça do eucalipto, às vezes, quando o vento tocava pra lá, às vezes, não vinha tanto, né? Mas se o vento tivesse vindo a favor aqui, ó..."*, comenta Sebastião, destacando os efeitos negativos da expansão do monocultivo na saúde e no bem-estar da comunidade. Ele menciona o incômodo da fumaça proveniente do eucalipto, evidenciando os impactos negativos na saúde e bem-estar da comunidade.

Senhor Pereira (entrevistado nº2) também compartilha sua perspectiva sobre as transformações socioambientais, desde a chegada de sua família à comunidade até a atualidade. Ele testemunhou a transição da agricultura de subsistência para o monocultivo de eucalipto, expressando preocupação com os impactos ambientais dessa mudança. Embora não tenha se envolvido diretamente com as plantações de eucalipto ou carvoarias, demonstra apreensão com a poluição do ar e seus efeitos na saúde. Sua visão sobre o desenvolvimento da região é ambivalente, reconhecendo avanços, mas alertando para as consequências ambientais e sociais. Quando questionado sobre as plantações de eucalipto e as carvoarias na comunidade, ele respondeu: *"Eu nunca mexi com isso não"*, mas demonstrou certa preocupação com os impactos ambientais dessa atividade.

A visão do entrevistado nº2 sobre o desenvolvimento da região é marcada por contradições. Por um lado, ele reconhece os avanços obtidos, como a melhoria das condições de vida e o crescimento da comunidade. Por outro lado, ele expressa preocupação com os impactos ambientais e sociais das mudanças ocorridas. *"É o que eu falei, que quando eles voltassem a queimar o carvão, a gente não tinha experiência antes, e eu queria ir ao... procurar um lugar pra gente denunciar, porque isso aqui tampa de fumaça e a gente não vê nada ... E você sente que aquele ar seu não é aquele ar normal. Entendeu?"*, afirma.

A Senhora Rocha (entrevistada nº6) oferece um panorama das transformações socioespaciais na comunidade, incluindo os impactos da instalação de carvoarias e dos plantios de eucalipto. Ela relata que essas atividades geraram empregos e renda para a população local, impulsionando a economia da comunidade. No entanto, destaca como um dos principais impactos negativos a poluição do ar causada pela queima de carvão. A fumaça das carvoarias causou problemas respiratórios e diminuiu a qualidade de vida dos moradores, afetando seu cotidiano e bem-estar.

A Senhora Rocha destaca que a instalação das carvoarias e os plantios de eucalipto geraram empregos e aumentaram a renda da população local. Quando perguntado o que ela percebeu de mudança de entre os anos de 2012 e 2024, ela respondeu: *"Aí mudou assim, o pessoal ficou mais movimentado,*

mais social, buscando cultura, buscando eventos que mostram mais a cultura, tem nas escolas, tem nas festas juninas, mudou de dez anos pra cá, mudou bastante." Essa afirmação evidencia a importância da atividade para a economia local, proporcionando oportunidades de trabalho e aumentando o poder aquisitivo da população. A atividade econômica gerada pelas carvoarias contribuiu para o desenvolvimento da comunidade, com a melhoria da infraestrutura e o aumento dos serviços disponíveis. Um dos principais impactos negativos destacados por Senhora Rocha é a poluição do ar causada pela queima de carvão.

"Aí depois que terminou de queimar aquele corte de eucalipto, aí acabou, por enquanto agora o seu eucalipto está crescendo, só depois que crescer, então de certo modo uma parte foi boa porque gerou emprego e gerou renda, gerou renda para muita gente, então movimentou a comunidade, agora da questão da qualidade de vida, aí piorou [...] A gente sentia mesmo, viu? Foi verdade."

Há fortes apontamentos que a fumaça proveniente das carvoarias causava problemas respiratórios e diminuía a qualidade de vida da população. A exposição à fumaça das carvoarias gerou preocupação com os problemas de saúde que poderiam ser causados pela inalação de partículas poluentes e, embora não explicitamente mencionado, a atividade de queima de carvão pode ter gerado outros impactos ambientais, como a degradação do solo e a perda da biodiversidade.

"Tinha dia que a gente saía assim, tinha uma carvoaria dali de trás, tinha outra daqui, durante um bom tempo e você levantava de manhã e estava a fumaça, você via a fumaça na rua, você sentia, você estava inalando aquela fumaça, sentindo aquele cheiro de fumaça."

A fala da Senhora Rocha oferece uma descrição detalhada das condições ambientais adversas enfrentadas pela comunidade devido à presença das carvoarias. A repetição de termos como "fumaça" e "inalando aquela fumaça" enfatiza a constância e intensidade da poluição, que afetava amplamente a qualidade de vida dos moradores. Ao descrever a experiência sensorial de ver e sentir a fumaça diariamente, a entrevistada revela o impacto significativo na saúde pública, sugerindo riscos respiratórios e outras condições relacionadas à exposição prolongada a poluentes. Este relato sublinha a urgência de

intervenções para mitigar os impactos ambientais e proteger a saúde e o bem-estar dos habitantes de Jenipapinho.

Uma estudante de Administração residente na comunidade (entrevistada nº8) compartilha sua percepção sobre o aumento progressivo da intensidade da poluição, diretamente ligada à piora de seus sintomas de rinite. *“Só que agora está muito mais intenso do que quando começou.”* Essa percepção é corroborada pela descrição da fumaça cobrindo as ruas: *“A fumaça foi tão forte que desceu tampou nas ruas.”* Essa intensificação da poluição está diretamente ligada à piora dos sintomas respiratórios da entrevistada: *“Pra mim, que tenho rinite, incomoda bastante.* Ela descreve a fumaça densa que cobre as ruas e os impactos indiretos da atividade das carvoarias, como a interrupção do fornecimento de energia elétrica devido à queda de árvores. *“Nós ficamos sem energia praticamente mais de 12 horas”.* Relata a estudante que faz um curso semipresencial e utiliza o computador diariamente para realizar as atividades da faculdade. Esse evento demonstra como a poluição do ar pode gerar outros problemas, como a interrupção de serviços essenciais e a precarização das condições de vida. A poluição do ar também interfere em atividades cotidianas, como lavar roupas, que retêm o cheiro da fumaça. *“Se a roupa estiver molhada no outro dia, ela vai amanhecer com o cheiro da fumaça.”*

As transformações socioambientais observadas na comunidade refletem um cenário de mudanças profundas e multifacetadas. A expansão do monocultivo de eucalipto, por exemplo, trouxe consigo uma série de desafios e impactos que afetam diretamente a vida dos moradores. A degradação ambiental, a redução da biodiversidade e os problemas de saúde decorrentes da poluição do ar são apenas alguns dos aspectos que ilustram a complexidade dessas transformações.

Além dos impactos ambientais, as mudanças socioeconômicas também desempenham um papel crucial na dinâmica da comunidade. A introdução de novas tecnologias e a modernização das práticas agrícolas alteraram significativamente as relações de trabalho e os modos de vida dos residentes. A coesão social e a participação comunitária emergem como elementos essenciais para enfrentar esses desafios e promover um desenvolvimento sustentável que

valorize tanto o progresso econômico quanto a preservação das tradições culturais.

Diante desse contexto, é fundamental analisar as transformações sociais e culturais que acompanham as mudanças socioambientais. A próxima seção deste estudo explorará em detalhes como essas dinâmicas influenciam a vida cotidiana dos moradores de Jenipapinho. Serão abordadas questões relacionadas à identidade cultural, às práticas comunitárias e às estratégias de adaptação adotadas pelos residentes para lidar com as novas realidades impostas pelas transformações em curso.

3.2 – Transformações sociais e culturais na comunidade

Paralelamente às mudanças ambientais, a vida de Sebastião Ferreira da Silva (entrevistado nº1) foi marcada por transformações sociais, incluindo sua participação no movimento sem-terra. Seu retorno à comunidade e as dificuldades na agricultura familiar ilustram os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores no contexto da modernização. Sua trajetória revela a resiliência e a capacidade de adaptação dos moradores diante das mudanças socioambientais.

"Quando eu era mais novo, a gente tinha muita mata, muita água. Hoje em dia, não tem mais nada disso. A gente plantava de tudo, criava galinha, tinha uma vida mais simples, mas mais saudável. Agora, tudo mudou", relata Sebastião. Esta percepção de perda e transformação é comum entre os habitantes de comunidades rurais que passaram por processos de modernização e desenvolvimento.

A multifuncionalidade e a pluriatividade são conceitos centrais para entender as transformações socioeconômicas nas áreas rurais, como observado na Comunidade Rural de Jenipapinho. A multifuncionalidade refere-se à capacidade das áreas rurais de desempenharem múltiplos papéis além da produção agrícola, incluindo a conservação ambiental, a preservação cultural e a oferta de serviços recreativos. Em Jenipapinho, a introdução de novas

atividades econômicas, como o turismo rural e a produção artesanal, tem contribuído para a diversificação das fontes de renda e para a valorização das tradições locais.

A pluriatividade, por sua vez, destaca a diversificação das atividades realizadas pelos membros das famílias rurais, tanto dentro quanto fora das propriedades agrícolas. Em Jenipapinho, muitos moradores combinam a agricultura com outras ocupações, como o trabalho em carvoarias, o comércio local e a prestação de serviços. Essa diversificação é essencial para garantir a sustentabilidade econômica das famílias e para reduzir a dependência exclusiva da agricultura, que pode ser vulnerável a fatores climáticos e de mercado.

Esses conceitos são fundamentais para promover um desenvolvimento rural sustentável e inclusivo. A multifuncionalidade e a pluriatividade permitem que as comunidades rurais se adaptem às mudanças socioeconômicas e ambientais, preservando ao mesmo tempo suas identidades culturais e melhorando a qualidade de vida dos moradores. Em Jenipapinho, essas estratégias têm sido cruciais para enfrentar os desafios impostos pela modernização e pela expansão do monocultivo de eucalipto, promovendo um equilíbrio entre progresso econômico e preservação ambiental.

A trajetória de Senhor Pereira (entrevistado nº2) também evidencia as transformações sociais na comunidade, desde seus primórdios com apenas três famílias até o crescimento atual. Ele reflete sobre as mudanças na criação dos filhos, contrastando a liberdade da vida na roça com as preocupações do presente. Sua narrativa destaca a importância da terra e da comunidade na formação de sua identidade e de sua família.

"Quando eu mudei pra cá, eu morava na terra do meu sogro. E aí eu construí aqui e vim de lá pra cá, depois ele faleceu. A terra que tinha lá era assim, tinha nós. Nós dividimos. Todo mundo. E aí continuou. Mas eu trouxe meus filhos tudo pra que criança... Foi tudo criado aqui", "Era uma vida muito boa pra gente poder viver antigamente, porque você tinha uma boa educação pra gente. Hoje você cria nesses lugares assim... Você não cria como você criava criança na roça, né?"

Em conversa com o Senhor Silva (entrevistado nº3), atualmente professor no município de Catuji – MG e que anteriormente atuou como mecânico tendo

sua própria oficina na Comunidade de Jenipapinho, foi possível vislumbrar um quadro complexo de transformações socioeconômicas e culturais. Suas palavras revelam uma comunidade em constante movimento, marcada por avanços significativos, mas também por desafios e contradições.

Uma das mudanças mais evidentes apontadas por Senhor Silva é a melhoria na qualidade de vida da comunidade. O acesso a serviços básicos como água encanada, energia elétrica e internet, antes considerados luxos, tornou-se uma realidade para a maioria dos moradores. Essa transformação, segundo ele, está diretamente relacionada à expansão das oportunidades de educação e trabalho: *"Hoje em dia, é comum vermos carros e motos nas casas, algo impensável há alguns anos atrás"*.

No entanto, esse processo de desenvolvimento não se deu de forma homogênea. Senhor Silva destaca os desafios impostos pelo crescimento desordenado da comunidade. *"O crescimento desordenado da cidade gerou alguns problemas, como a falta de planejamento e a degradação ambiental"*, pontua. A falta de infraestrutura adequada, a ocupação irregular do solo e a poluição causada pelas atividades de mineração de granito (não mais ativa) são alguns dos problemas mencionados pelo entrevistado nº3.

As mudanças socioeconômicas também impactaram profundamente as relações sociais e a cultura local. Senhor Silva observa uma tendência à individualização e à perda dos laços comunitários: *"Antes, todos se conheciam e se ajudavam. Hoje, as pessoas estão mais preocupadas com seus próprios problemas"*. Essa mudança, segundo ele, está relacionada ao processo de urbanização e à busca por melhores condições de vida. Apesar das transformações, alguns elementos culturais tradicionais persistem. As relações de parentesco e as práticas religiosas, por exemplo, continuam a desempenhar um papel importante na vida da comunidade. No entanto, a cultura local também sofre influência de elementos externos, como a mídia e o consumo.

A exploração de recursos naturais, como a mineração de granito, trouxe tanto benefícios quanto prejuízos para a comunidade. Enquanto gerou empregos e renda, a atividade mineradora também causou danos ao meio ambiente e gerou conflitos entre os moradores. Além disso, Senhor Silva destaca a

persistência das desigualdades sociais, com parte da população ainda enfrentando dificuldades de acesso a serviços básicos e oportunidades de trabalho.

Ao conversar com Senhor Silva pudemos vislumbrar um quadro complexo de transformações socioeconômicas e culturais. Suas palavras nos revelam uma comunidade em constante movimento, marcada por avanços significativos, mas também por desafios e contradições. Dando continuidade à análise, as mudanças vivenciadas pela comunidade as contribuições da Senhora Teixeira (entrevistada nº4) são igualmente notáveis. A entrevistada destaca, com entusiasmo, as melhorias na infraestrutura, como a construção de casas, a melhoria do sistema de água e esgoto, e a pavimentação das ruas. *"Antigamente... Depois não tinha água, agora tem, né? A questão da própria energia, né? É, a energia também. Era pouca rua aqui que tinha, agora tem bastante mesmo. Por todo canto"*, afirma Senhora Teixeira, evidenciando as transformações físicas que impactaram diretamente a vida dos moradores.

Além disso, a expansão e a melhoria dos serviços públicos, como saúde e educação, representam um avanço significativo. *"O posto¹¹ também. O posto de saúde também? É, não tinha. Agora é bem feitinho. Atende bem. Então tá bom. Médicos toda semana, né? Tem, toda semana. Tem dentista. Bacana. Mudou bastante coisa"*, relata a entrevistada. Essas mudanças têm um impacto direto no bem-estar da população, garantindo acesso a serviços essenciais e promovendo a saúde e o desenvolvimento das crianças e jovens.

As causas dessas transformações são multifacetadas. Senhora Teixeira atribui as melhorias principalmente à atuação de gestões municipais mais recentes. A entrevista afirma e evidencia a percepção de que as mudanças estão ligadas às ações políticas.

"Eu acho que foi mudança de prefeito, né. Ninguém sabe se é, né. Uhum. E aqui, em relação a... A... Como é que fala? A dinâmica da comunidade, dinâmica social, relação entre os vizinhos, entre os moradores, tal, como que você acha que essas mudanças aqui, que ocorreram aqui, que estão ocorrendo, que elas impactam a dinâmica entre esses

¹¹ O posto mencionado pela entrevistada refere-se ao Programa Saúde da Família (PSF) quem mantém uma Unidade Básica de Saúde na comunidade.

moradores? Uai, tem uns que gavam, outros falam, que não... Que não tá melhorando, mas eu acho que é porque era muito ruim, né. Eu acho que melhorou, pra mim eu acho, né",

No entanto, a mobilização da comunidade também pode desempenhar um papel fundamental. A construção de uma igreja e a participação em eventos comunitários demonstram um senso de pertencimento e organização dos moradores, que se engajam ativamente na construção de um futuro melhor.

As entrevistas indicam que as mudanças na comunidade têm gerado impactos positivos na vida dos moradores. A melhoria da qualidade de vida, o maior acesso a serviços básicos e a sensação de segurança são alguns dos benefícios destacados por Senhora Teixeira. *"Eu acho que foi bem beneficiado, que nem as escolas agora, mas bem organizadinha mesmo. Tá bom. Ah, sim"*, afirma a entrevistada, demonstrando sua satisfação com as conquistas alcançadas.

No entanto, a pesquisa revela que nem todos os moradores compartilham da mesma visão otimista. A Senhora Teixeira reconhece a existência de diferentes opiniões sobre as mudanças ocorridas. Essa diversidade de percepções reflete a complexidade dos processos de desenvolvimento e a necessidade de considerar as diferentes experiências e expectativas dos indivíduos.

A entrevista com Senhor Alves (entrevistado nº5) oferece um panorama detalhado das transformações socioespaciais ocorridas na comunidade ao longo dos últimos anos. A narrativa do entrevistado, marcada por sua experiência de vida e pela observação atenta das mudanças ao seu redor, permite a construção de um quadro minucioso da dinâmica social e ambiental da localidade. O relato do Senhor Alves, evidencia sua trajetória e a busca por melhores condições de vida.

"Aqui nessa comunidade eu cheguei há uns 21, 22 anos. Eu vim de outra comunidade, né? [...] Andei pela capital de Minas, Belo Horizonte, e me retornei a essa região. Conheci essa comunidade, mas antes disso, eu estive morando em um assentamento",

As mudanças na comunidade são percebidas pelo entrevistado nº4 de maneira ambivalente. Por um lado, ele destaca a melhoria da infraestrutura, o

aumento do poder aquisitivo e o fortalecimento das relações sociais: *"Hoje é uma situação bem diferente. [...] Em questão de educação, saúde, transporte, que às vezes os nossos filhos não tinham um transporte de qualidade para ir à escola, mas com o tempo isso foi melhorando"*.

Por outro lado, o entrevistado também aponta desafios e limitações, como a falta de investimentos em políticas públicas e a necessidade de gerar mais empregos na região: *"Isso que eu acho que é o ponto negativo, que não tem uma política destinada ao nosso lugar. A gente carece muito disso aí"*. A fala do Senhor Alves ressalta que a ausência de políticas públicas específicas dificulta o desenvolvimento sustentável da comunidade, criando um ambiente onde os moradores enfrentam dificuldades para acessar serviços essenciais e oportunidades de emprego.

Ele destaca a importância de uma abordagem mais integrada por parte dos gestores municipais, que inclua investimentos em infraestrutura, educação e saúde, além de programas de incentivo ao desenvolvimento econômico local. Percebe-se a partir da sua fala que sem esses investimentos, a comunidade continuará a enfrentar desafios significativos, limitando seu potencial de crescimento e melhoria na qualidade de vida dos seus habitantes.

As relações sociais desempenham um papel crucial na vida da comunidade, conforme destacado por Senhor Alves:

"A dinâmica social, eu acredito que nem todo mundo, né, às vezes assim, todos os moradores da comunidade, aquilo que as pessoas vivem, da realidade. Essa visão de que aquilo que o outro está passando, a gente também está vivendo, ou que a pessoa precisa de apoio, e a gente percebe esse apoio do outro".

As transformações socioespaciais também influenciaram a cultura da comunidade. O entrevistado nº5 observa que, embora algumas tradições tenham sido preservadas, outras foram perdidas ao longo do tempo: *"A cultura daqui dessa região, eu até considero uma cultura um pouco fraca dos anos, mas a cultura daqui do lugar foi fortalecida. Ela precisa ser melhorada ainda mais, mas foi fortalecida pelas festas culturais da região"*.

Ele destaca que as festas culturais desempenham um papel crucial na manutenção e revitalização das tradições locais, proporcionando um espaço

para a comunidade se reunir, celebrar e compartilhar suas heranças culturais. No entanto, ele também reconhece que a introdução de novos elementos culturais e a influência externa, como a mídia e as tendências urbanas, têm modificado aspectos tradicionais da vida comunitária. Essa dualidade entre preservação e mudança revela a complexidade de manter vivas as tradições culturais enquanto se adapta às inevitáveis transformações socioespaciais e econômicas.

A entrevista com o Senhor Alves revela que a comunidade ainda enfrenta diversos desafios, como a necessidade de investimentos em infraestrutura, geração de empregos e fortalecimento das políticas públicas. No entanto, a percepção dos moradores é de que a comunidade está em constante evolução e que há um desejo de construir um futuro melhor.

A Senhora Rocha (entrevistada nº6) compartilha suas vivências desde os primórdios da comunidade, marcada pelas dificuldades iniciais e pelo engajamento dos moradores na busca por melhorias. Ela celebra avanços como a chegada da energia elétrica e a melhoria dos serviços públicos, mas expressa preocupação com o aumento da criminalidade e a perda de algumas tradições. A história de vida da Senhora Rocha se entrelaça intrinsecamente com a história da comunidade. Ao chegar na comunidade com apenas 20 anos, ela vivenciou de perto as dificuldades iniciais de uma comunidade em formação:

"Era bem difícil. Aqui na comunidade mesmo, eram pouquíssimas casas tinha só umas três casas. E a gente foi morar lá em cima e meu marido era pedreiro, e ele mesmo que construiu até hoje ainda tem casa que tem o sinal da mão dele aí, que ele trabalhou muito aqui nessa comunidade, construiu várias casas. Algumas já foi destruída, já acabou, mudou para outras, foi demolida, construiu outras no local, mas ainda tem umas, né? E era bem difícil quando a gente chegou aqui."

No entanto, sua participação ativa na vida comunitária, assim como a participação de seu marido (já falecido), como membros da associação de moradores e defensores de melhorias para a região, demonstra seu engajamento nas transformações que ocorreram ao longo dos anos.

"Mas aí foi crescendo devagarinho, foi crescendo e também trabalhou na política, né? Lutou muito, de associação dos moradores, associação comunitária, até que quando construiu o posto de saúde aqui foi começada pela associação comunitária."

Foi a associação que começou e depois que passou pela prefeitura, tomou conta e aí foi melhorando. E Luz foi ele que correu atrás, no tempo que ele era vereador, que ele batalhou muito para trazer as coisas para aqui, para Jenipapinho. Ele batalhou e trouxe a Luz. Parece que foi em 1984, parece, que a Luz chegou. E aí foi melhorando a vida da gente, né? Depois que chegou à energia foi melhorando e continuou assim."

As mudanças na comunidade são percebidas por Senhora Rocha de forma ambivalente. Por um lado, ela celebra os avanços obtidos, como a chegada da energia elétrica e a melhoria dos serviços públicos: *"Aí foi melhorando a vida da gente, né? Depois que chegou à energia foi melhorando e continuou assim"*. Por outro lado, a entrevistada expressa preocupação com o aumento da criminalidade e a perda de algumas tradições: *"Hoje em dia, a gente procura logo fazer um muro, fechar o portão, trancar, né, porque... Antigamente não tinha isso"*.

A religião desempenha um papel fundamental na vida da Senhora Rocha e, pelo que pude notar em suas falas e expressões, na vida da comunidade como um todo também. A participação em atividades religiosas e a construção de espaços de convivência, como igrejas e centros comunitários, contribuíram significativamente para fortalecer os laços sociais e a identidade comunitária. *"A religião é um ponto importante na minha vida até hoje"*, afirma a entrevistada. Esses espaços não só proporcionam um local para a prática religiosa, mas também servem como pontos de encontro para eventos sociais, celebrações e apoio mútuo entre os moradores. Através da religião, a comunidade encontra um sentido de união e solidariedade, reforçando os valores e tradições que sustentam sua coesão e resiliência ao longo do tempo.

As transformações socioespaciais também influenciaram a cultura da comunidade. Conforme observado pela Senhora Rocha, algumas tradições foram perdidas ao longo do tempo, enquanto outras foram adaptadas à nova realidade: *"Antigamente a gente festejava mais era separado, cada um na sua casa, fazia fogueira, era assim. Agora hoje não, hoje é mais reunido"*. A entrevistada destaca a importância da preservação do meio ambiente e da melhoria dos serviços públicos como desafios para a comunidade. A questão da segurança também é mencionada como um problema que precisa ser enfrentado:

"Hoje, o que está os desafios maiores é que, mesmo que tenha a saúde que cuida, né, das pessoas, tem aquela, uma entidade no município que cuida de limpeza dessas coisas, mas muita gente às vezes não tem cuidado, né, e o negócio de água não toma cuidado com as águas com lixo, joga lixo em qualquer lugar isso eu acho isso é muito ruim".

A entrevista com Senhora Ferreira (entrevista nº7), professora aposentada e residente de longa data comunidade, nos oferece uma compreensão das transformações socioespaciais ocorridas na comunidade. Sua trajetória como educadora e sua vivência cotidiana na localidade permitem uma análise profunda das mudanças ocorridas ao longo dos anos. A atuação de Senhora Ferreira como professora revela o papel central da educação nas transformações da comunidade. Ao chegar comunidade, ela encontrou uma escola com poucos recursos e uma oferta educacional limitada.

"Quando eu cheguei aqui, eu dava aula para o terceiro ano. Só tinha até terceiro ano. Primário." Com o passar dos anos, a escola foi ampliada, a oferta de ensino se expandiu e a qualidade da educação melhorou significativamente. "A escola foi ampliada e veio até ao pré e o quinto ano. [...] E os alunos daqui também, logo no começo, eles não estudavam. Eles estudavam até o quinto ano e daí eles não estudavam mais. Aí eles tinham de sair pra estudar fora."

Essa evolução da educação demonstra como a escola se tornou um espaço de transformação social, oferecendo oportunidades para que os jovens da comunidade pudessem construir um futuro melhor. A entrevista ainda evidencia as melhorias na infraestrutura da comunidade, como a ampliação da rede elétrica, a construção de um posto de saúde mais equipado e o aumento do número de casas. No entanto, a falta de asfalto em algumas ruas e a necessidade de melhorias no sistema de esgoto ainda são desafios a serem superados. *"A comunidade aumentou em número de pessoas e de casas. [...] Eu percebi que já era para ter asfaltado essa estrada."* Essa afirmação demonstra que, apesar dos avanços, a comunidade ainda enfrenta desafios em relação à infraestrutura básica ao mencionar que a estrada que dá acesso à comunidade ainda se encontra sem pavimentação.

A comunidade de apresenta um forte senso de coesão e uma intensa participação dos moradores em atividades locais. *"Os moradores em geral, eles são mais unidos? São. Certo. Quando tem festinha aqui mesmo, não acontece briga nenhuma"*. Ao ser perguntada sobre a relação entre os moradores, a

Senhora Ferreira responde: *"Não é ruim não. Eu mesma, minha relação com os moradores daqui, eu e meu marido, são boas"*. Essa coesão social é fundamental para a construção de um futuro mais justo e equitativo para todos. As mudanças na comunidade, incluindo o crescimento populacional e a melhoria da infraestrutura, influenciaram significativamente as relações sociais. *"Até que os vizinhos aqui, eles são unidos, não são de brigas."* A maior proximidade entre as pessoas e o aumento das oportunidades de interação social contribuíram de maneira positiva para a dinâmica cultural da comunidade.

A entrevistada destaca a necessidade de maior investimento em infraestrutura, especialmente na área de transporte, e em políticas públicas que promovam o desenvolvimento local. *"Os políticos dão mais assistência para cá. Por que nós não temos uma estrada asfaltada? Até aqui, até no ponto. Também só falta os políticos ajudar."* ¹²Essa demanda por melhorias reflete as expectativas da comunidade em relação ao futuro. Ao destacar essas questões, Senhora Ferreira enfatiza a importância de um planejamento urbano inclusivo que considere as necessidades e expectativas dos moradores, buscando sempre a melhoria contínua das condições de vida na comunidade.

A Senhora Ferreira menciona a importância das festas religiosas, como a do Bom Jesus, e da festa comunitária do Jenipapinhense Ausente. Essas celebrações demonstram a preservação de tradições e costumes locais, que servem como elementos aglutinadores da comunidade. A entrevistada observa que as formas de celebrar essas festas evoluíram ao longo do tempo, refletindo as mudanças sociais e culturais da comunidade. *"Antigamente a gente festejava mais era separado, cada um na sua casa, fazia fogueira, era assim. Agora hoje não, hoje é mais reunido."* Essa adaptação demonstra a capacidade da cultura local de se transformar ao longo do tempo, incorporando novos elementos e significados.

Os dados coletados nas entrevistas com os moradores da Comunidade Rural de Jenipapinho revelam uma realidade complexa, caracterizada pela interação entre modernização, especialização produtiva e diversificação

¹² O ponto aqui se refere ao ponto de ônibus que encontra na entrada da comunidade na BR-116.

econômica. A análise das narrativas evidencia a presença significativa de conceitos como multifuncionalidade, pluriatividade e modernização conservadora, que juntos moldam o cotidiano e as perspectivas futuras da comunidade. A mudança da policultura para a monocultura de eucalipto destaca-se como um dos principais desafios enfrentados pelos residentes. Essa monocultura intensifica a pressão sobre os recursos naturais e gera externalidades negativas, como a emissão de gases de efeito estufa, contrastando com a agricultura familiar diversificada e sustentável tradicionalmente praticada. Nesse cenário, a modernização conservadora, marcada pela adoção de tecnologias e práticas agrícolas intensivas, tem contribuído para a fragilização dos sistemas produtivos locais e a perda de conhecimentos tradicionais.

A pluriatividade surge como uma estratégia para diversificar as fontes de renda e mitigar os efeitos adversos da monocultura, promovendo o desenvolvimento local. Contudo, sua implementação requer condições favoráveis, como acesso a mercados, crédito e assistência técnica, além de uma gestão cuidadosa dos recursos naturais. Os dados indicam que, embora promissora, a pluriatividade pode gerar novas desigualdades e desafios se não for acompanhada por políticas públicas adequadas.

A multifuncionalidade do espaço rural emerge como fundamental para compreender a complexidade dos processos em curso em Jenipapinho. A agricultura, além de produzir alimentos, desempenha papel crucial na manutenção da biodiversidade, conservação dos recursos hídricos e promoção do bem-estar social. As entrevistas revelam que a modernização conservadora, ao priorizar a produção em larga escala, tem levado à perda das funções sociais e ambientais da agricultura, comprometendo a qualidade de vida local.

A coesão social e a participação comunitária são elementos-chave para construir um futuro mais sustentável para Jenipapinho. Os moradores demandam políticas públicas que promovam a diversificação econômica, valorização da cultura local e conservação ambiental. Nesse sentido, a multifuncionalidade pode ser vista como ferramenta para integrar diferentes dimensões do desenvolvimento rural, buscando equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais e ambientais. Os resultados da pesquisa evidenciam a

necessidade de um novo modelo de desenvolvimento rural que valorize a diversidade, sustentabilidade e participação comunitária. A articulação adequada entre multifuncionalidade e pluriatividade pode contribuir para um futuro mais justo e equitativo para a população local.

A análise das entrevistas revela as transformações socioespaciais e culturais em Jenipapinho. As conclusões destacam a complexidade e diversidade das experiências, proporcionando compreensão profunda das mudanças ocorridas. A evolução na infraestrutura local, como a chegada da energia elétrica e a construção de um posto de saúde, melhorou significativamente a qualidade de vida, oferecendo acesso a serviços básicos antes indisponíveis. A educação tornou-se fator central nas mudanças socioeconômicas, especialmente com a atuação de Solânea Ferreira como professora. A ampliação da escola e a melhoria na qualidade do ensino abriram novas oportunidades para os jovens, permitindo-lhes vislumbrar um futuro promissor e contribuir para o desenvolvimento local.

As transformações também impactaram a cultura local. Embora algumas tradições tenham se perdido, outras se adaptaram à nova realidade. Apesar dos avanços, persistem desafios como a falta de investimentos em políticas públicas, a necessidade de maior infraestrutura especialmente em asfalto e sistema de esgoto e o aumento da criminalidade. A poluição do ar causada pelas carrovoarias foi um problema destacado, afetando a saúde e a qualidade de vida, conforme relataram as Senhoras Rocha e Teixeira. A coesão social e a participação ativa em atividades comunitárias e religiosas fortaleceram os laços sociais e a identidade da comunidade. A religião desempenha papel central, funcionando como elemento unificador e de apoio mútuo entre os habitantes, conforme destacado por Ferreira e Sebastião.

A proximidade com centros urbanos e a maior mobilidade influenciaram a cultura local, introduzindo novos costumes e hábitos. O acesso facilitado a áreas urbanas levou os moradores a adotarem práticas comuns nas cidades, transformando gradualmente a dinâmica social e cultural rural. Além disso, a crescente influência da cultura de massa e a globalização trazem uma gama de informações e estilos de vida que podem enriquecer o cotidiano, mas também desafiar a preservação das tradições locais. Esse fluxo constante de novas

ideias pode enfraquecer as práticas culturais tradicionais à medida que os valores locais confrontam padrões globais.

As carvoarias tiveram papel significativo na economia local, gerando empregos e aumentando a renda. A instalação dessas atividades industriais foi percebida como oportunidade para o desenvolvimento econômico, proporcionando meios de subsistência para muitas famílias. Contribuíram para o desenvolvimento da comunidade, promovendo melhorias na infraestrutura local e elevando o padrão de vida. No entanto, houve impactos negativos, como a poluição do ar causada pela queima de carvão. A fumaça afetou a qualidade do ar, causando problemas respiratórios e diminuindo a qualidade de vida, conforme relataram Teixeira e Rocha. Além disso, a atividade pode ter gerado outros impactos ambientais, como degradação do solo e perda de biodiversidade, indicando a necessidade de equilibrar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

As entrevistas revelaram percepções ambivalentes em relação às carvoarias: reconhecimento dos benefícios econômicos, mas insatisfação com a poluição e impactos negativos na saúde e meio ambiente. Essa dualidade reflete a complexidade das relações entre desenvolvimento econômico e qualidade ambiental. Destaca-se a necessidade de maior intervenção de políticas públicas. Investimentos em tecnologias mais limpas e práticas sustentáveis são essenciais para mitigar os impactos negativos. Políticas que promovam o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental são cruciais para assegurar um futuro sustentável para a comunidade.

CONCLUSÕES

Baseando-se no objetivo central de investigar as transformações socioambientais e os modos de vida na Comunidade Rural de Jenipapinho, localizada no município de Catuji-MG, entre 2010 e 2022, esta dissertação visa contribuir tanto para estudos futuros que se desenvolvam no meio rural quanto para pesquisas que busquem entender as dinâmicas sociais e ambientais das comunidades rurais brasileiras. Esta pesquisa foca na evolução das práticas agrícolas e suas interações com as mudanças climáticas e políticas públicas rurais, explora as transformações sociais, destacando os efeitos das migrações, da educação e das variações demográficas sobre a comunidade estudada. E examina as dinâmicas culturais e identitárias, analisando como as tradições locais foram influenciadas ou preservadas diante das mudanças externas., contribuindo para uma compreensão mais profunda do meio rural brasileiro.

No Capítulo 1, a caracterização da região e da comunidade revela a prevalência do monocultivo de eucalipto e suas implicações diretas na vida dos moradores. A análise das dinâmicas socioeconômicas locais demonstra que, embora a modernização tenha trazido melhorias substanciais na infraestrutura, como a chegada da eletricidade e a construção de um posto de saúde, também resultou em degradação ambiental e perda de recursos naturais. As entrevistas realizadas com os moradores, como a de Sebastião Ferreira da Silva, revelam uma percepção comum de perda significativa de recursos naturais, como água e mata nativa. Os moradores expressam uma nostalgia por um modo de vida mais simples e saudável, contrastando com as realidades contemporâneas de dependência e individualização.

As narrativas dos moradores destacam a importância da agricultura para a subsistência das famílias e as mudanças no uso da terra. A trajetória de Sebastião exemplifica as significativas transformações socioambientais ocorridas na comunidade, desde a redução das áreas de mata nativa até a expansão do monocultivo de eucalipto. No Capítulo 2, são contextualizadas as transformações do espaço rural no Brasil, estabelecendo as bases teóricas para entender a dicotomia entre policultura e monocultura. Este capítulo destaca os

efeitos da modernização conservadora, que, embora tenha trazido avanços em infraestrutura, também gerou desafios significativos para as comunidades rurais.

A análise revela que a expansão da monocultura de eucalipto, iniciada em 2010, não apenas alterou as práticas agrícolas, mas também impactou as relações sociais e econômicas da comunidade. A transição de práticas agrícolas diversificadas para um modelo de monocultura resultou em desigualdades e desafios para a agricultura familiar, que se viu pressionada a se adaptar a novas realidades.

No capítulo 3 vemos que as transformações socioambientais na Comunidade Rural de Jenipapinho, em Catuji-MG, revelam um cenário de mudanças profundas e multifacetadas. A expansão do monocultivo de eucalipto trouxe desafios significativos, como a degradação ambiental, a redução da biodiversidade e problemas de saúde decorrentes da poluição do ar. Essas mudanças impactaram diretamente a vida dos moradores, que enfrentam a necessidade de se adaptar a novas realidades socioeconômicas e ambientais. A coesão social e a participação comunitária emergem como elementos essenciais para promover um desenvolvimento sustentável que valorize tanto o progresso econômico quanto a preservação das tradições culturais.

Além dos impactos ambientais, as mudanças socioeconômicas também desempenham um papel crucial na dinâmica da comunidade. A introdução de novas tecnologias e a modernização das práticas agrícolas alteraram significativamente as relações de trabalho e os modos de vida dos residentes. No entanto, a dependência do monocultivo de eucalipto ainda representa um desafio, exigindo estratégias de gestão integradas e participativas para equilibrar o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos valores culturais.

Diante desse contexto, é fundamental analisar as transformações sociais e culturais que acompanham as mudanças socioambientais. A preservação da identidade cultural e do modo de vida tradicional emerge como um desafio fundamental, exigindo ações para valorizar e proteger o patrimônio cultural e natural das áreas rurais. A conscientização sobre os impactos do monocultivo e a promoção de práticas mais sustentáveis são essenciais para um desenvolvimento mais equilibrado e justo. A participação ativa dos moradores

nas discussões sobre suas realidades é crucial para fortalecer a identidade comunitária e promover um desenvolvimento que considere tanto as necessidades socioeconômicas quanto a preservação ambiental. Conclui-se que a participação ativa dos moradores nas discussões sobre suas realidades é crucial. Isso não apenas fortalece a identidade comunitária, mas também promove um desenvolvimento que considere tanto as necessidades socioeconômicas quanto a preservação ambiental. A análise das entrevistas revela um panorama abrangente das transformações socioespaciais e culturais na comunidade. As principais conclusões destacam-se pela complexidade e diversidade de experiências relatadas, proporcionando uma compreensão profunda das mudanças ocorridas ao longo dos anos. A evolução significativa na infraestrutura local, incluindo a chegada da energia elétrica e a ampliação da rede elétrica, contribuiu substancialmente para a qualidade de vida dos moradores. No entanto, essa evolução deve ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre os impactos ambientais e sociais das práticas agrícolas.

As mudanças na infraestrutura também trouxeram consequências positivas para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade. A chegada de energia elétrica possibilitou o surgimento de novas oportunidades de trabalho e a dinamização de atividades econômicas locais, como pequenos comércios e serviços. Isso, por sua vez, gerou uma melhoria nas condições econômicas das famílias residentes, promovendo um círculo virtuoso de desenvolvimento. Além das melhorias materiais, as transformações culturais desempenharam um papel crucial no fortalecimento da identidade comunitária. A valorização das tradições locais e a promoção de atividades culturais fomentaram um sentimento de pertencimento e coesão social. Essas mudanças culturais foram catalisadas pelo aumento da interatividade entre os moradores, facilitada pelas melhorias na comunicação e transporte.

O acesso a serviços básicos, como educação e saúde, também foi amplamente beneficiado pelas transformações na infraestrutura. A presença de escolas e postos de saúde mais acessíveis melhorou a qualidade da educação e dos cuidados médicos recebidos pela população. Essas condições, além de promoverem o bem-estar, proporcionaram um ambiente propício ao desenvolvimento humano integral. No entanto, as transformações

socioespaciais e culturais também trouxeram desafios que precisam ser continuamente enfrentados. A expansão urbana e o aumento da densidade populacional demandam uma gestão eficaz dos recursos naturais e urbanos. A necessidade de políticas públicas que garantam a sustentabilidade dessas melhorias é crucial para evitar problemas como a degradação ambiental e a sobrecarga dos serviços públicos.

Outro aspecto relevante é a necessidade de manter um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação das características culturais autênticas da comunidade. A modernização e o progresso não devem comprometer a riqueza cultural local, e sim integrá-la como parte do crescimento sustentável. Além disso, a continuidade dos investimentos em infraestrutura e serviços básicos é essencial para assegurar o desenvolvimento contínuo da comunidade. Projetos de longo prazo que visem à sustentabilidade e ao crescimento harmonioso devem ser incentivados. A adaptação às novas demandas e realidades deve ser feita de maneira planejada e equilibrada.

Esta pesquisa, portanto, oferece uma visão holística das dinâmicas na Comunidade Rural de Jenipapinho em Catuji - MG destacando as interações entre os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Essa abordagem integrada é fundamental para entender as complexidades das transformações vivenciadas pela comunidade. Os resultados evidenciam a necessidade de políticas públicas que incentivem práticas agrícolas sustentáveis, promovendo não só a preservação do meio ambiente, mas também a valorização da cultura local.

Essas políticas públicas devem incluir programas de apoio ao agricultor, que forneçam recursos e tecnologias para a implementação de técnicas de cultivo ecologicamente corretas, garantindo a viabilidade econômica e social das famílias rurais. Além disso, é crucial a criação de iniciativas de educação ambiental e cultural, destinadas a conscientizar a população sobre a importância de preservar sua identidade e o ecossistema ao seu redor.

Sugere-se ainda que a promoção de práticas sustentáveis e a preservação da cultura local são essenciais para garantir um futuro mais equilibrado. A conscientização pública e o debate construtivo sobre as questões

enfrentadas pela comunidade são passos importantes para alcançar esse objetivo. A implementação de fóruns de diálogo entre a comunidade, autoridades governamentais e organizações não governamentais pode fomentar a criação de políticas mais eficazes e adaptadas às necessidades locais.

Por fim, para futuras pesquisas, é recomendável um estudo longitudinal que acompanhe o impacto das políticas públicas implementadas ao longo do tempo. Esse acompanhamento é essencial para avaliar a eficácia das políticas, identificar pontos de melhoria e propor ajustes conforme necessário. Estudos longitudinais permitem a análise de mudanças e tendências ao longo dos anos, oferecendo uma perspectiva mais abrangente sobre os resultados das intervenções governamentais.

Além disso, investigações sobre o uso de novas tecnologias e práticas agrícolas inovadoras podem contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável da região. A adoção de tecnologias como sistemas de irrigação eficientes, agricultura de precisão e práticas agroecológicas pode aumentar a produtividade agrícola ao mesmo tempo em que minimiza os impactos ambientais. Pesquisas nessa área podem fornecer dados valiosos sobre a viabilidade e os benefícios dessas tecnologias para a comunidade de Jenipapinho.

A integração de métodos de pesquisa participativa, envolvendo ativamente a comunidade, é outro aspecto crucial. A participação dos moradores locais na pesquisa pode fornecer insights valiosos sobre suas necessidades, desafios e expectativas. Além disso, a colaboração com a comunidade aumenta a aceitação e a eficácia das soluções propostas. Métodos participativos, como workshops, entrevistas e consultas públicas, podem ser utilizados para garantir que as vozes da comunidade sejam ouvidas e consideradas no processo de tomada de decisão.

Portanto, futuras pesquisas devem focar em um acompanhamento contínuo das políticas públicas, a investigação de inovações tecnológicas e a promoção de uma abordagem participativa. Essas iniciativas contribuirão para a criação de políticas mais eficazes e sustentáveis, que atendam às necessidades da comunidade e promovam um desenvolvimento equilibrado e inclusivo.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro?. **Terra Livre**, [s. l.], n. 15, p. 87–112, 2000.
- ALVES E SILVA, SARAH, M. **Avaliação dos Impactos Ambientais da Produção de Carvão Vegetal: Um estudo de caso**. 2022. - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE ENERGIA, Itajubá - MG, 2022.
- BALSADI, O. V. MUDANÇAS NO MEIO RURAL E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **São Paulo em Perspectiva**, [s. l.], v. 15, p. 155–165, 2001.
- BRASIL. **Regularização Fundiária Urbana e a Lei nº 13.465, de 2017**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/publicacoes/arquivos/arquivos/cartilha_reurb.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.
- BRITO, J. O. Carvão vegetal: da degradação às estratégias ambientais. **Visão Agrícola**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 26–27, 2005.
- BRITO JUNIOR, Á. F. de; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista.pdf. **Evidência**, [s. l.], v. 7, n. 7, p. 237–250, 2011.
- BURIN, J. C. AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO A PARTIR DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA. **Simpósio Nacional de Educação**, [s. l.], 2008.
- CAMARGO, R. A. L. de; OLIVEIRA, J. T. A. de. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural**, [s. l.], v. 42, p. 1707–1714, 2012.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 9ªed. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **RURIS (Campinas, Online)**, [s. l.], v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16818>. Acesso em: 21 maio 2024.
- CARVALHO, J. C. M. de. **O desenvolvimento da agropecuária brasileira: da agricultura escravista ao sistema agroindustrial**. Brasília, DF: EMBRAPA-SPI, 1992.
- CASTRO, C. N. de. Desenvolvimento rural e o Estado brasileiro. **IPEA - Boletim regional, urbano e ambiental**, [s. l.], v. 21, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9660>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- CONCEIÇÃO, F. C. D. MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE RURAL. **Revista Tocantinense de Geografia**, [s. l.], v. 9, n. 18, p. 103–112, 2020.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7ªed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa, métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Tradução de: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DOMINGUES, J. M. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados**, [s. l.], v. 45, p. 459–482, 2002.

FARIA, M. M. D. **ANÁLISE TÉCNICA E ERGONÔMICA DA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL DE UMA BATERIA DE FORNOS DE SUPERFÍCIE DO TIPO RABO-QUENTE**. 2003. - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - Minas Gerais, 2003.

FERREIRA, A. D. D. *et al.* Resistência e empoderamento no mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/284>. Acesso em: 22 maio 2024.

FIGUEROA, L. S. de S.; MOURA, A. C. de O. S. de; NEVES, J. A. S. das. Sustentabilidade em pequenas propriedades: uma proposta educativa. **Revista Monografias Ambientais**, [s. l.], p. e4–e4, 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Visualize dados como população, IDH, IMRS, Saúde, Educação e diversas outras informações detalhadas sobre Catuji**. [S. l.], 2010. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Perfil/PerfilMunicipal?id=169>. Acesso em: 5 out. 2024.

GIL. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [S. l.]: Editora Atlas Ltda, 2017.

GIL, A. C. **Metodos E Tecnicas De Pesquisa Social**. [S. l.]: Atlas, 1999.

GOMES, I. O QUE É RURAL? CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE. **Boletim de Geografia**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 81–95, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª edição. Campinas - SP: UNICAMP - IE, 1998. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/anovadinamicadagriculturabrasileira.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, [s. l.], v. 7, n. 1, 1997. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 15, p. 37–50, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J.; GROSSI, M. D.; CAMPANHOLA, C. O QUE HÁ DE REALMENTE NOVO NO RURAL BRASILEIRO. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 37–67, 2002.

HIGA, R. C. V.; MORA, A. L.; HIGA, A. R. Plantio de eucalipto na pequena propriedade rural. [s. l.], n. Colombo: Embrapa Florestas, p. 31, 2000.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 27ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/catuji/panorama>. Acesso em: 4 abr. 2024.

IBGE. **IBGE | Cidades@ | Minas Gerais | Catuji | Pesquisa | Índice de Desenvolvimento Humano | IDH | 2010**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/catuji/pesquisa/37/30255?ano=2010&tipo=grafico>. Acesso em: 19 nov. 2024.

IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola | IBGE**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.

IBGE. Sinopse preliminar do Censo Demográfico. [s. l.], v. 7, p. 415, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE | Cidades@ | Minas Gerais | Catuji | Pesquisa | Extração vegetal e Silvicultura | Extração vegetal | 2022**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/catuji/pesquisa/16/12705?ano=2022&indicador=21618&tipo=grafico>. Acesso em: 5 out. 2024.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. 1ªed. Porto Alegre: UFRGS Editora: PGDR, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, 2008. (Série Estudos rurais).

LAZZARI, F. M.; SOUZA, A. S. REVOLUÇÃO VERDE: IMPACTOS SOBRE OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS. **4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, Santa Maria - RS**, [s. l.], 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. [S. l.]: Atlas, 2003. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1239>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s. l.], p. 7–37, 1991.

MARTINS, J. D. S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 15, n. 43, p. 31–36, 2001.

MENDES, L.; ICHIKAWA, E. Y. O desenvolvimento tecnológico e o pequeno produtor rural: construção, desconstrução ou manutenção da sua identidade?. **Cadernos EBAPE.BR**, [s. l.], v. 8, p. 166–183, 2010.

MEYER, L. F. F.; SILVA, J. M. A. da. A DINÂMICA DO PROGRESSO TÉCNICO NA AGRICULTURA MINEIRA: RESULTADOS E CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA

DE MODERNIZAÇÃO DA DÉCADA DE SETENTA. **REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, [s. l.], v. 36, nº 4, p. 39–70, 1998.

MIELITZ NETTO, C. G. A.; MELO; MAIA. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. [S. l.]: Editora da UFRGS, 2010.

MORAES, M. D. de. A multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar: convergências e divergências. **UEMG - Intercursos, Ituiutaba - MG**, [s. l.], v. 22, n. 1, 2023.

MÜLLER, G. AMBIVALÊNCIAS DA MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA AMPLIAÇÃO DO MODO CAPITALISTA INTENSIVO DE PRODUZIR E DISTRIBUIR NAS ATIVIDADES AGRÁRIAS. **NOVOS ESTUDO**, [s. l.], v. 21, p. 17, 1988.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 3, n. 7, p. 87–108, 1989.

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, [s. l.], v. 40, n. 3, p. 411–424, 2009.

PONTE, K. F. D. (RE) PENSANDO O CONCEITO DO RURAL. **REVISTA NERA**, [s. l.], n. 4, p. 20–28, 2004.

PORTAL MG. **Painel Agropecuário | MG.GOV.BR - Agricultura**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/agricultura/pagina/agrodados/painel-agropecuário>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **IPEA - Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos CODE**, [s. l.], 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256436>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 54, p. 561–582, 2016.

SANTOS, S. de F. de O. M.; HATAKEYAMA, K. Processo sustentável de produção de carvão vegetal quanto aos aspectos: ambiental, econômico, social e cultural. **Production**, [s. l.], v. 22, p. 309–321, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **BALANÇO DO AGRONEGÓCIO DE MINAS GERAIS 2023**. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: https://www.mg.gov.br/system/files/media/agricultura/documento_detalhado/2024/publicacoes-de-agrodados/balanco-do-agronegocio/balanco-2023.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

SILVA, C. E. M. Monocultura e conflito socioambiental. **Grupo de Pesquisas em Temáticas Ambientais da UFMG**, [s. l.], p. 13, 2011.

SOUZA, M. de; KLEIN, A. L. Rural, ruralidade, pluriatividade e multifuncionalidade do desenvolvimento rural. *In*: TURISMO RURAL: FUNDAMENTOS E REFLEXÕES. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. p. 9–22. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193808>. Acesso em: 6 mar. 2024.

TEIXEIRA, G.; RODRIGUES, G. S. de S. C. SILVICULTURA E SIDERURGIA A CARVÃO VEGETAL: IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NO VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS. **Caminhos de Geografia**, [s. l.], v. 19, n. 66, p. 297–312, 2018.

VIANA, M. B. O EUCALIPTO E OS EFEITOS AMBIENTAIS DO SEU PLANTIO EM ESCALA. [s. l.], n. Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, [s. l.], v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

ZIMMERMANN, C. L. MONOCULTURA E TRANSGENIA: IMPACTOS AMBIENTAIS E INSEGURANÇA ALIMENTAR. **Veredas do Direito – Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, [s. l.], v. 6, n. 12, 2009. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/21>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ANEXO I

FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES					
Incursão	Datas	Local	Atividades	Participantes	Observações
1ª	09/07/2023	Carvoaria próxima da comunidade	Visita e observação	N/A	
	a 15/07/2023	Comunidade	Conversa informal	Estudante de Administração	
2ª	30/01/2024 a 04/02/2024	Comunidade	Entrevista	Sr. Sebastião	
		PSF da Comunidade	Conversa com agente de saúde	Agente de Saúde	Obtidos dados sobre número de moradores e famílias
		Comunidade	Entrevista	Sr. Pereira	Indicado pelo Sr. Sebastião
3ª	01/07/2024 a 05/07/2024	Comunidade	Entrevista	Sra. Rocha	Indicada pelo Sr. Pereira
			Entrevista	Sr. Silva	Indicado pelo Sr. Sebastião
			Entrevista	Sr. Alves	Indicado pelo Sr. Silva
			Entrevista	Sra. Santos	Indicada pela Sra. Rocha
			Entrevista	Sra. Santos	Iniciativa própria
		PSF da Comunidade	Conversa com agente de saúde	Agente de Saúde	Obtidos dados sobre número de moradores e famílias

Tabela 1: Fluxograma das atividades



ANEXO II

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE DEPOIMENTOS DE PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu _____,
CPF _____, RG _____,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa **TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E
MODOS DE VIDA: UM ESTUDO NA COMUNIDADE RURAL DE
JENIPAPINHO, CATUJI-MG**, bem como estar ciente da necessidade de uso do
meu depoimento justificado pelo pesquisador responsável nas seguintes razões:
O uso de depoimentos nesta pesquisa é justificado pela necessidade de uma
abordagem abrangente e contextualizada, permitindo uma compreensão mais
rica e holística das transformações socioambientais na Comunidade Rural de
Jenipapinho em Catuji – MG.

Foi garantido o anonimato das informações e da imagem, com utilização de
códigos e não exposição do meu rosto ou de outro elemento que possa me
identificar. Sendo assim, tenho consciência da garantia do anonimato das
informações, e que minha identificação não será exposta nas publicações
científicas contendo minhas imagens.

AUTORIZO, por meio do presente termo, **Leonardo Ferreira Rocha Souza**
pesquisador da **Universidade Estadual de Montes Claros** a utilizar meus
depoimentos, que se façam necessários para fins de publicações científicas de
relato de caso.

- Os dados coletados deverão ser usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa e publicações científicas;
- Minha identificação não será revelada;

- Qualquer outra forma de uso de minhas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
- Tenho o direito de interromper minha participação no estudo a qualquer momento e/ou requerer posse das gravações e transcrição de meus depoimentos, sem quaisquer ônus a nenhuma das partes.

_____, ____/____/____

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO III

(Perguntas para entrevista semiestruturada)

Dados Pessoais

- Nome completo:
- Idade:
- Sexo:
- Escolaridade:
- Profissão:
- Tempo de residência na comunidade:

História na Localidade

- Qual é a sua história na comunidade?
- Como era a vida na comunidade quando você chegou aqui?
- O que motivou sua mudança para cá? (Se não nasceu na comunidade)
- Quais desafios você enfrentou ao chegar aqui?

Mudanças Percebidas na Comunidade

- Quais foram as principais mudanças na comunidade ao longo do tempo?
- Em quais aspectos a comunidade mais mudou?
- Houve mudanças na infraestrutura da comunidade?
- Como essas mudanças afetaram sua vida e a dos outros moradores?

Impactos das Mudanças

- Na sua visão, quais foram os principais impactos positivos das mudanças na comunidade?
- Poderia dar exemplos de como essas mudanças impactaram sua vida positivamente?
- E quanto aos impactos negativos? Quais você diria que foram os principais?
- Como você diria que essas mudanças impactaram negativamente sua vida e a vida dos demais moradores?
- Houve alguma mudança que você considera ter sido particularmente prejudicial à comunidade?

Fatores que contribuíram para as Mudanças

- Na sua opinião, quais fatores contribuíram para as mudanças que a comunidade passou?
- Você acredita que algum evento ou período específico teve um impacto maior nas mudanças da comunidade?
- Em especial, gostaria de saber sua opinião sobre o período entre 2010 e 2022. Quais mudanças você observou nesse período?
- Quais fatores você diria que influenciaram essas mudanças?

- Houve alguma mudança nesse período que você considera ter sido particularmente importante?

Compreensão da Dinâmica Social

- Como você diria que as mudanças na comunidade influenciaram a dinâmica social da localidade?
- Houve mudanças nas relações entre os moradores?
- A comunidade se tornou mais ou menos unida ao longo do tempo?
- Como você diria que as mudanças impactaram a cultura e os costumes da comunidade?
- Na sua opinião, quais são os principais desafios que a comunidade enfrenta hoje?

Indicação de Outro Entrevistado

- Você conhece alguém na comunidade que você gostaria de indicar para ser entrevistado sobre as mudanças que a localidade passou?
- Poderia me falar um pouco sobre essa pessoa e por que você acha que ela seria um bom entrevistado?